



UNIFECONTESC
UNIVERSIDADE CORPORATIVA FECONTESC / SINDICONTS

CURSO de LUCRO PRESUMIDO

MÓDULO EAD

Ministrado por Lúcio Tomaz

Novembro de 2025



EAD Fecontesc



FECONTESC
Federação dos Contabilistas do Estado de Santa Catarina



cursos@fecontesc.ent.br



[fecontesc](https://www.instagram.com/fecontesc)

[FECONTESC.ORG.BR](https://www.fecontesc.org.br)

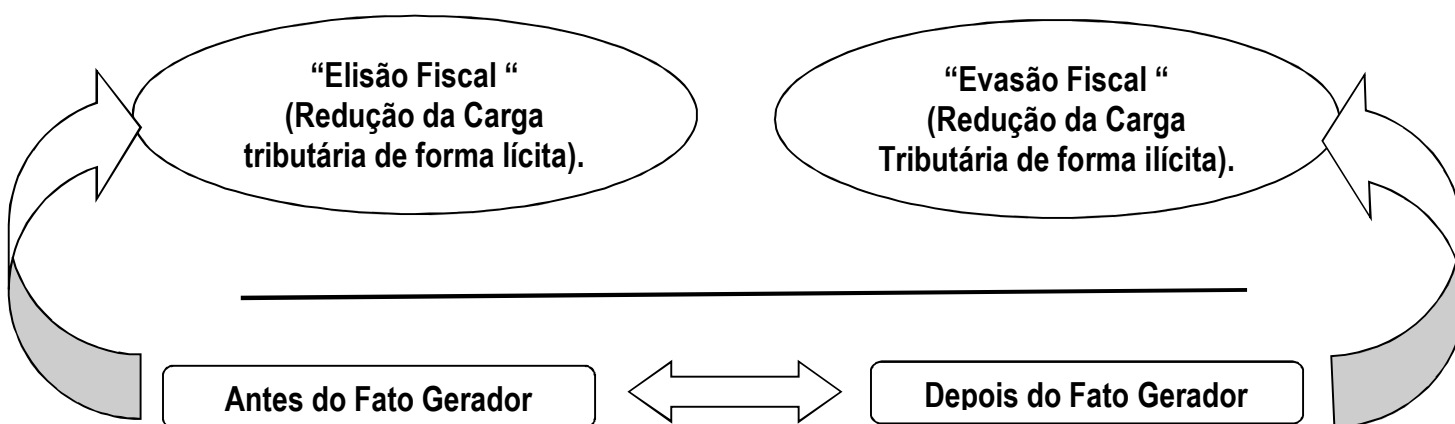
I – Noções do Planejamento Tributário

Desafios tributários contemporâneos:

- a) Desafio do **EMPRESÁRIO**: “Agregar valor e ser rentável obedecendo as leis “.
- b) Desafio da **CONTABILIDADE**: “Expressar com clareza e fidelidade os fatos empresariais sem ser ingênuo”;
- c) Desafio do **FISCO**: “Arrecadar sem confiscar “;
- d) Desafio **GERAL**: “Simplificação do Sistema da Obrigações Acessórias”.

Como contribuintes, temos duas formas de diminuir encargos tributários:

A maneira legal chama-se elisão fiscal (mais conhecida como planejamento tributário) e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal e evasão fiscal.



Elisão Fiscal:

Os contribuintes têm o direito de recorrer aos seus procedimentos preferidos, autorizados ou não proibidos pela lei, mesmo quando este comportamento prejudica o Tesouro. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la.

Desta forma a elisão fiscal caracteriza-se pela redução do montante ou retardamento no pagamento do tributo por atos ou omissões lícitas do sujeito passivo anteriores à ocorrência do fato gerador.

⇒ **O contribuinte tem direito de se organizar da forma menos onerosa do ponto de vista tributário.**

Desta forma o planejamento tributário preventivo produz a elisão fiscal, ou seja, a redução da carga tributária dentro da legalidade. O perigo do mau planejamento é redundar em evasão fiscal, que é a redução da carga tributária descumprindo determinações legais e que é classificada como crime de sonegação fiscal (**Lei 8.137/90**).

Evasão Ilícita ou Sonegação Fiscal:

Conceitua-se a evasão ilícita como “a ação consciente e voluntária do indivíduo tendente a, por meios ilícitos, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento de tributo efetivamente devido”.

A fraude ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal. Uma fraude é dificilmente perdoável porque ela é flagrante e também porque o contribuinte se opõe conscientemente à lei. Os juristas a consideram como repreensível.

Noções do Planejamento Tributário:

Quanto à Finalidade, pode:

- *Evitar a incidência de tributo;*
- *Reduzir o montante do tributo;*
- *Retardar o pagamento do tributo;*
- *Prevenir contingências fiscais*

Quanto à Forma de Implementação:

- *De simples ordem Operacional*
- *De ordem financeira*
- *Via Contenciosa*
 - *Administrativa ou Judicial*
 - *Preventiva ou não*

Quanto ao Risco:

- *Conservador*
- *Moderado*
- *Arrojado*

Anotações:

Definições do Planejamento Tributário:

- ✓ *“...estruturas negociais adotadas pelos contribuintes com o objetivo de reduzir a carga tributária” (Luciana R. Galhardo, Priscila S. M. Silva e Estevão G. Neto).*
- ✓ *“...conjunto de procedimentos adotados pelo contribuinte com o objetivo de eliminar, reduzir ou diferir para momento mais oportuno a incidência de tributos” (Lívio Augusto de Sillos).*
- ✓ *.....transparece a figura da elisão, significando procedimento legítimo e objetivando subtração à incidência tributária. O encargo pode ser evitado mediante a simples abstenção de atos, operações ou eliminação de situações, em razão do conhecimento dos efeitos tributários gravosos, que não sejam reputados como convenientes” (José Eduardo Soares Melo); contexto*

social, desde que observados os ditames legais, e o respeito ao princípio da justiça e da boa-fé como forma de manter equilibrada a relação Fisco x Contribuinte” (Isabel A. Bertoletti e Renata C. Antônio).

Anotações:

[illegible]

Por que fazer o Planejamento Tributário?????????.....

A realidade brasileira é notoriamente complexa, principalmente nos aspectos dos impostos, assim sendo um dos componentes do chamado “**Custo Brasil**”.

Uma pesquisa mostra como a informalidade e a sonegação impedem o **Brasil de crescer de verdade.**

10%	de toda a pirataria musical do mundo acontece no Brasil
25%	dos brinquedos são vendidos ilegalmente
55%	dos trabalhadores brasileiros são informais
70%	dos computadores são ilegais
85%	dos pequenos negócios não pagam impostos

Um dos piores do mundo	
A taxa da informalidade brasileira na economia é uma das mais altas (em %)	
EUA	9
China	13
Média mundial	32
Brasil	40
Rússia	46

E mas o Brasil está
realmente mudando...!!!!



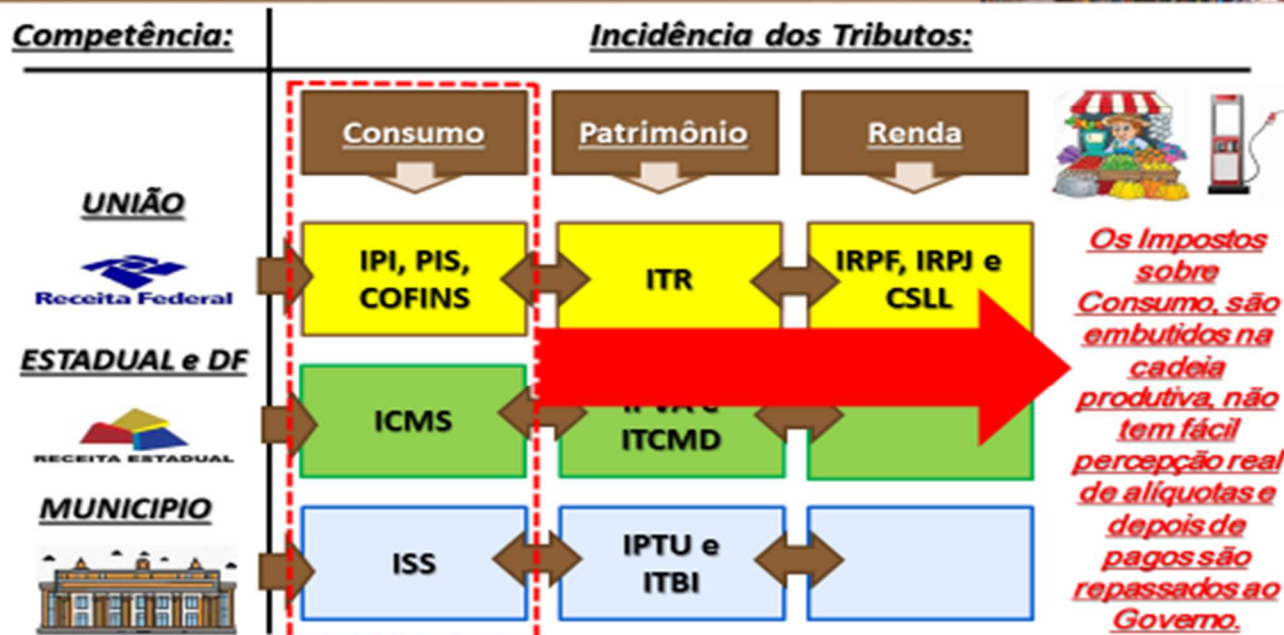
*"O melhor regime é que traz mais
dinheiro para o bolso do cliente....."*

Curso de Lucro Presumido
A chegada da Reforma Tributária



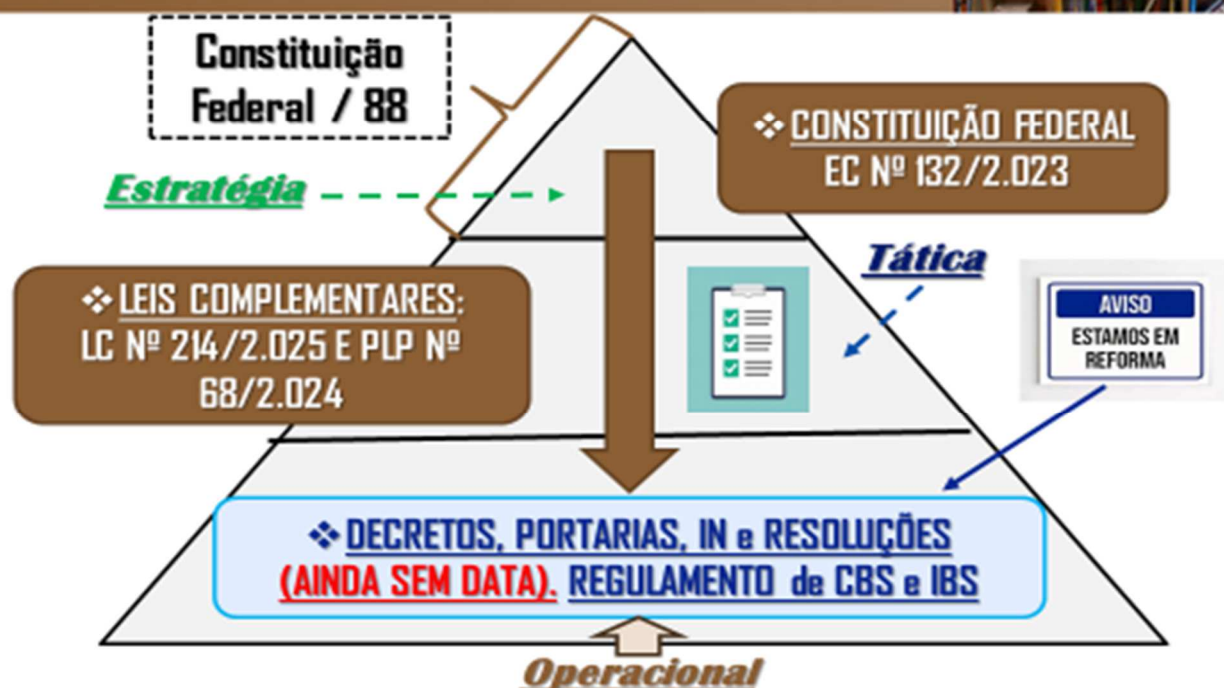
Curso de Lucro Presumido

Incidência dos Tributos:



Curso de Lucro Presumido

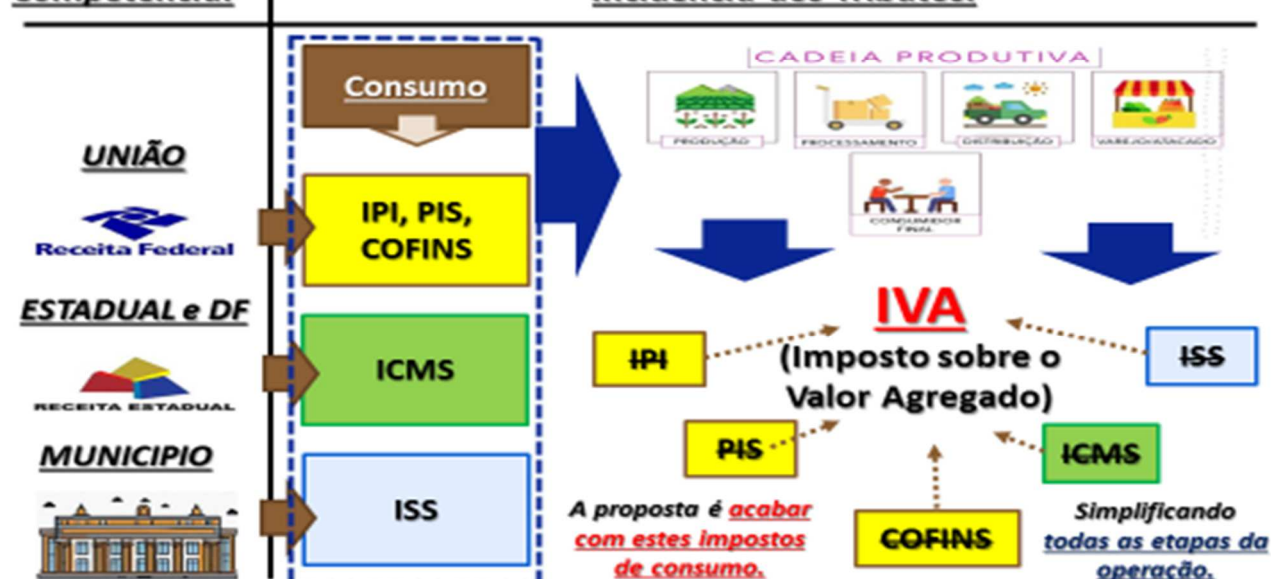
Visão das Legislações da Reforma Tributária



Curso de Lucro Presumido Incidência dos Tributos:

Competência:

Incidência dos Tributos:



Curso de Lucro Presumido Lei Geral – Transição para o NOVO MODELO

	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
PIS	sem alteração	extinção						
COFINS	sem alteração	extinção						
CBS	0,90%	8,80%	8,80%	alíquotas serão definidas por resolução do senado, seguindo os limites da lei complementar.				
ICMS	sem alteração	sem alteração	sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
ISS	sem alteração	sem alteração	sem alteração	90%	80%	70%	60%	extinção
IBS	0,1% estadual	0,05% estadual + 0,05% municipal	0,05% estadual + 0,05% municipal	10%	20%	30%	40%	100%
IPI	sem alteração	alíquota reduzida a 0% e mantida para produtos que possuem incentivos na Zona Franca.						
IS		alíquota ra bases de cálculo serão definidas por meio de Lei Ordinária.						

“Timeline de Fases”

Curso de Lucro Presumido

Lei Geral – Transição para o NOVO MODELO



2.024



- ✓ **Aprovação do PLP nº 68/2.024**



2.026



- ✓ **IBS 0,1% e CBS 0,9% nos XML (teste);**
- ✓ **Novos CST e cClassTrib;**
- ✓ **Apuração pré assistida (base documentos).**



2.025



- ✓ **Aprovação Lei Complementar nº 214/2.025;**
- ✓ **Publicação da NTs;**
- ✓ **Preparação dos Sistemas das empresas.**

2.027 e 2.028

- ✓ **Extinção do PIS e COFINS;**
- ✓ **Implantação do Split Payment;**
- ✓ **IPI reduzido a alíquota zero, exceto ZFM, imposto Seletivo na IBS 0,5% Estado e 0,5% município.**

Curso de Lucro Presumido

Visão das Legislações da Reforma Tributária



Curso de Lucro Presumido

Estrutura de Apuração, LC nº 214/2.025:

Artigo 3º Conceituação da Base:

Artigo 4º e 5º Hipóteses de Incidência:

Artigo 6º Não Incidência:

Artigo 8º e 9º Imunidade:

Artigo 12º Base de Cálculo:

Artigo 14º à 20º Alíquotas Padrão/Referência:

Artigo 21º Sujeição Passiva:

Artigo 27º ao 40º Modalidades de Extinção de DÉBITO

Artigo 41º ao 46º Regimes de Apuração



Anotações:

II - Os Regimes Tributários Federais

O **Imposto de Renda é um tributo Direto**, de competência da União. Em relação às pessoas jurídicas o fato gerador do Imposto de Renda se dá pela obtenção de resultados positivos (lucros) em suas operações industriais, comerciais e de prestação de serviços, além dos acréscimos patrimoniais decorrentes de ganhos de capital e outras receitas não operacionais.

O imposto será devido à medida que os lucros, rendimentos e ganhos forem auferidos.

A Contribuição Social sobre o Lucro, instituída pela **Lei 7.689/88** é uma contribuição de competência da União, sendo uma das fontes de recursos previstas no **art. 195 da Constituição Federal de 1.988**, que também tem como fato gerador o auferimento de lucro no período-base.

Segundo o **artigo 44 do Código Tributário Nacional e art. 219 do RIR/99, a base de cálculo do Imposto de Renda pode ser Lucro REAL, PRESUMIDO OU ARBITRADO** (mais usada pelo Fisco em forma de sanção, quando o contribuinte não atender às exigências legais). O outro regime de tributação que poderá ser utilizado pelas microempresas e empresas de pequeno porte é o **Simples Nacional**.

A escolha do regime de tributação é uma forma de planejamento tributário.

Essas são as três modalidades de tributação atualmente existentes para cálculo dos tributos de Imposto de Renda e Contribuição Social devidos pelas pessoas jurídicas sobre os lucros obtidos em determinado período.

Anotações:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on the right side, suggesting it's resting on a surface. There is no handwriting or other markings on the paper.

A tributação das pessoas jurídicas pode apresentar-se em quatro diferentes modalidades:

Lucro Presumido - Modalidade opcional de apurar o lucro e consequentemente o Imposto de Renda da pessoa jurídica, que observando determinadas condições e limites, dispensa escrituração contábil, desde que mantenha livro caixa, partindo dos valores globais da receita para presumir o lucro a ser tributado. É uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e da Contribuição Social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração de tributação com base no Lucro Real.

Lucro Real - É aquele apurado por meio da contabilidade da empresa. Este regime impõe que a escrituração contábil e fiscal seja devidamente comprovada. É o regime que todas as pessoas jurídicas podem utilizar. É o lucro líquido do período apurado na escrituração comercial, denominado lucro contábil, ajustado pelas adições, exclusões e compensações autorizadas pela legislação do Imposto de Renda. Os ajustes ao lucro líquido do período de apuração e a demonstração da apuração do lucro real devem ser transcritos no **Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR)**.

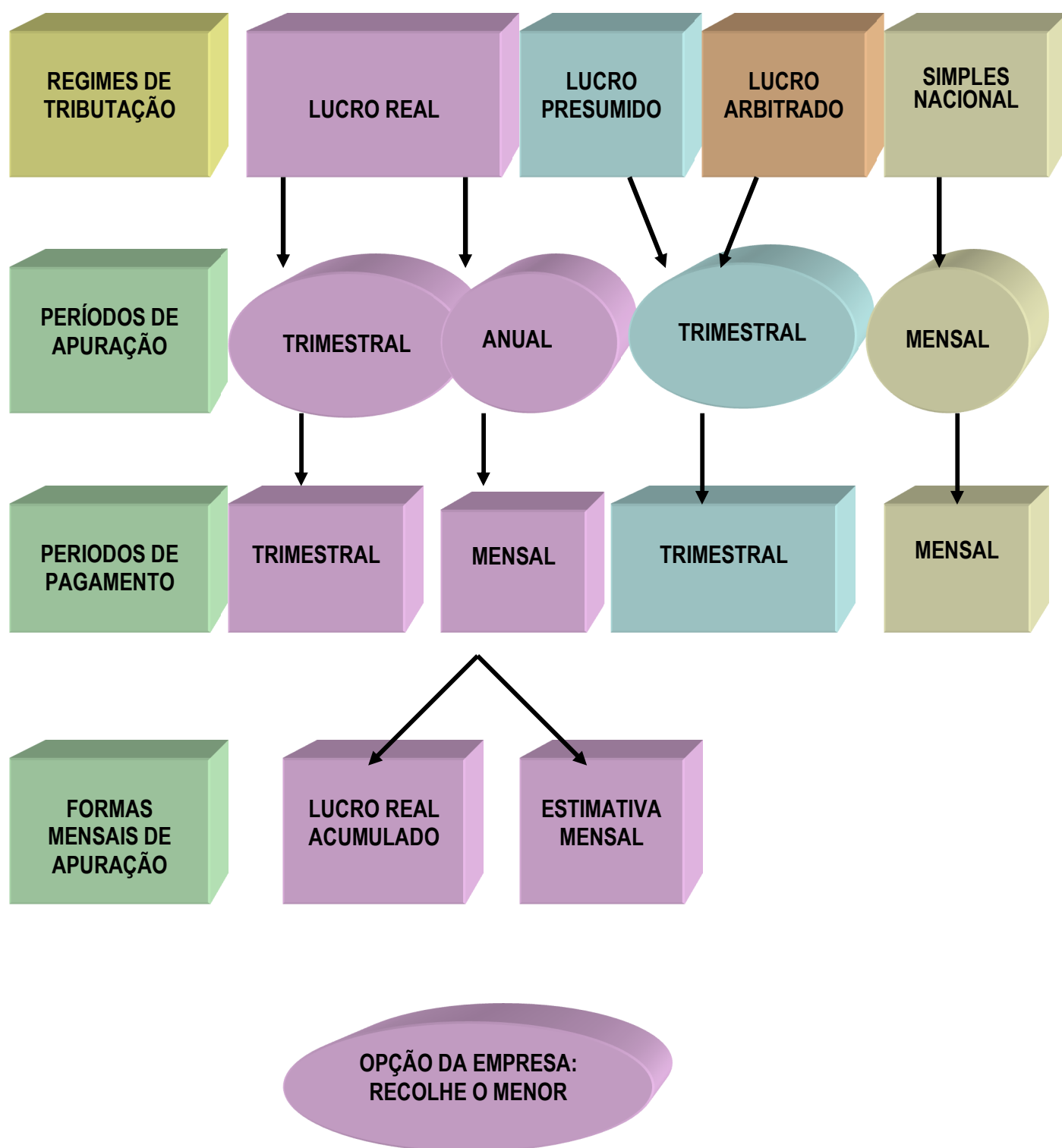
Lucro Arbitrado - Regime de tributação a que ficam obrigatoriamente sujeitas as empresas impedidas de optar pelo Lucro Presumido ou Simples, ou que mesmo quando sujeita ao Lucro Real não mantiverem escrituração contábil e fiscal completas, ou não elaborarem as demonstrações financeiras, ou ainda quando a escrituração revelar evidentes indícios de fraudes ou contiver vícios, erros ou deficiências que a tornem imprestável para identificar a efetiva movimentação financeira, inclusive bancária; ou determinar o Lucro Real.

Ainda poderá ter seu Lucro Arbitrado quando o contribuinte optar indevidamente pela tributação com base no Lucro Presumido.

Simples Nacional - Sistema diferenciado de tributação para as **Microempresas (até R\$ 360.000,00)** e **Empresas de Pequeno Porte (até R\$ 4.800.000,00)**. Também estão impedidas de optar por este regime as empresas com algumas atividades específicas, elencadas na legislação pertinente.

Anotações:

Representação gráfica dos regimes de tributação das Pessoas Jurídicas:

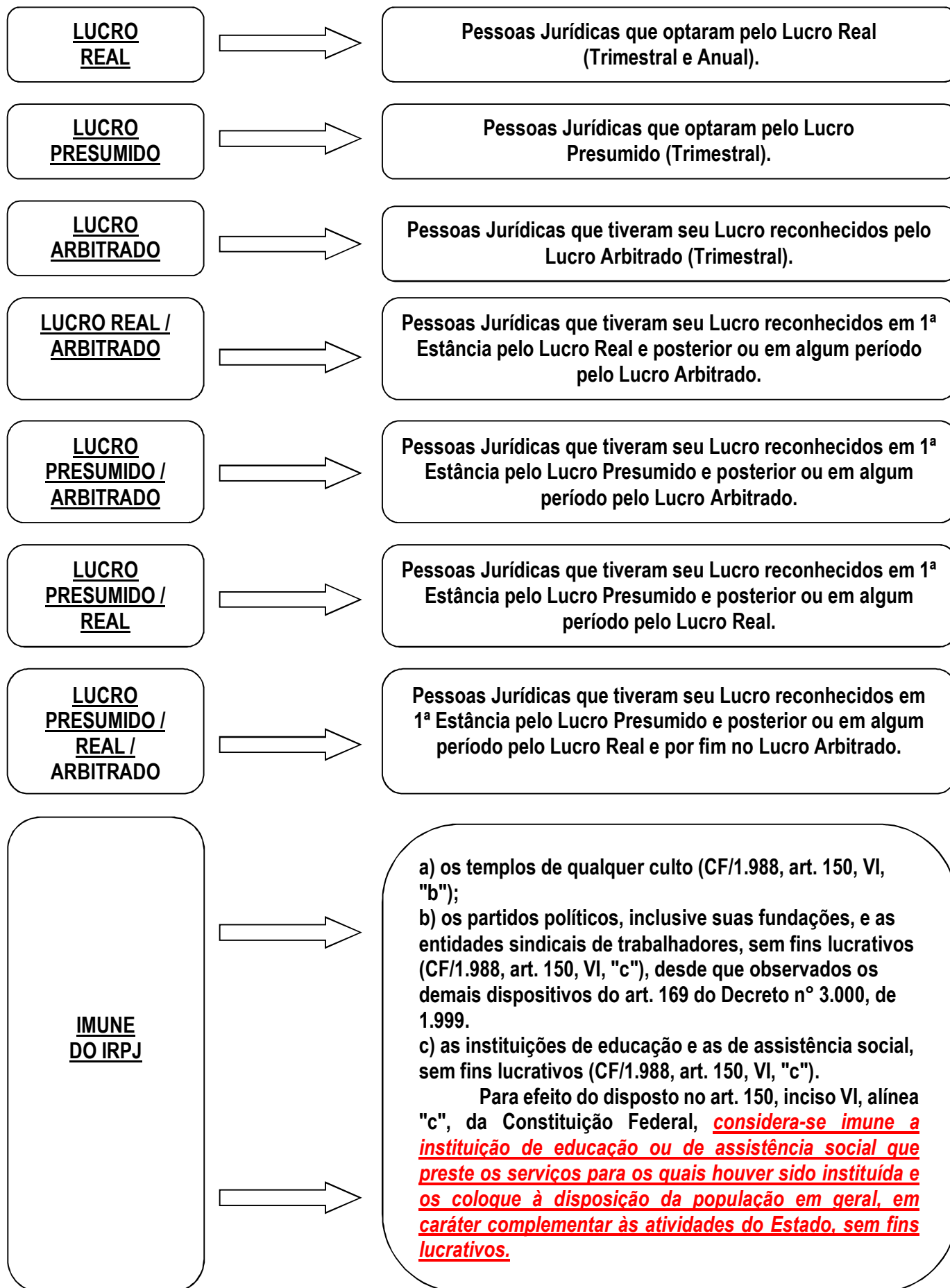


Principais itens a serem observados na escolha do regime de tributação das Empresas:

- **Ano anterior como Parâmetro;**
- **Margem de Lucro;**
- **PIS, COFINS, CSLL e IRPJ - Serviços;**
- **Regime de Caixa/Competência;**
- **PIS/COFINS Não-Cumulativos;**
- **Substituição Tributária;**
- **Incidência Monofásica (Medicamentos/Veículos/Combustíveis/Bebidas);**
- **Veículos Usados;**
- **Exportação;**
- **PIS/COFINS na Importação;**
- **Retenção na Fonte – IR e Contribuições Sociais;**
- **Simples Nacional (Novo formato);**
- **INSS Parte Empresa;**
- **Reorganização Societária.**

Anotações:

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are approximately 20 lines visible. The paper has a slight shadow on its right side, suggesting it's resting on a surface.



**ISENTA
DO IRPJ**

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos (Lei nº 9.532, de 1.997).

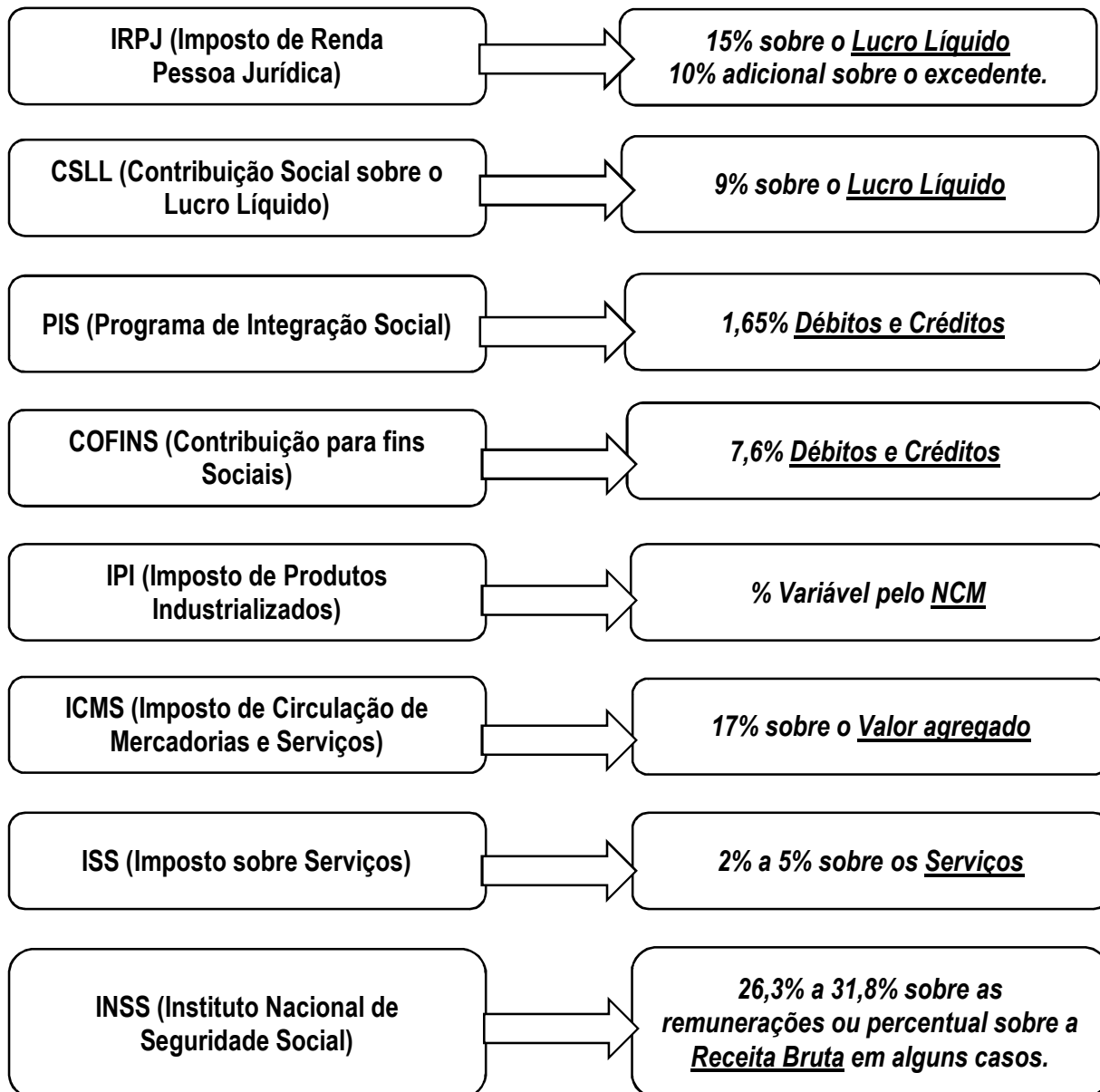
A isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido, observado o disposto no parágrafo subsequente.

- 1) As entidades enquadradas no inciso I do art. 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1.999, que não se enquadrem na isenção da Lei nº 9.532, de 1.997, e da Lei nº 9.732, de 1.998, e que apuram lucro nos termos da legislação comercial, estão sujeitas à contribuição social sobre o lucro líquido.
- 2) As associações de poupança e empréstimo, as entidades de previdência privada fechada e as bolsas de mercadorias e de valores estão isentas do imposto de renda, mas são contribuintes da contribuição social sobre o lucro líquido.

Não estão abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável, bem como os juros de capital distribuídos.

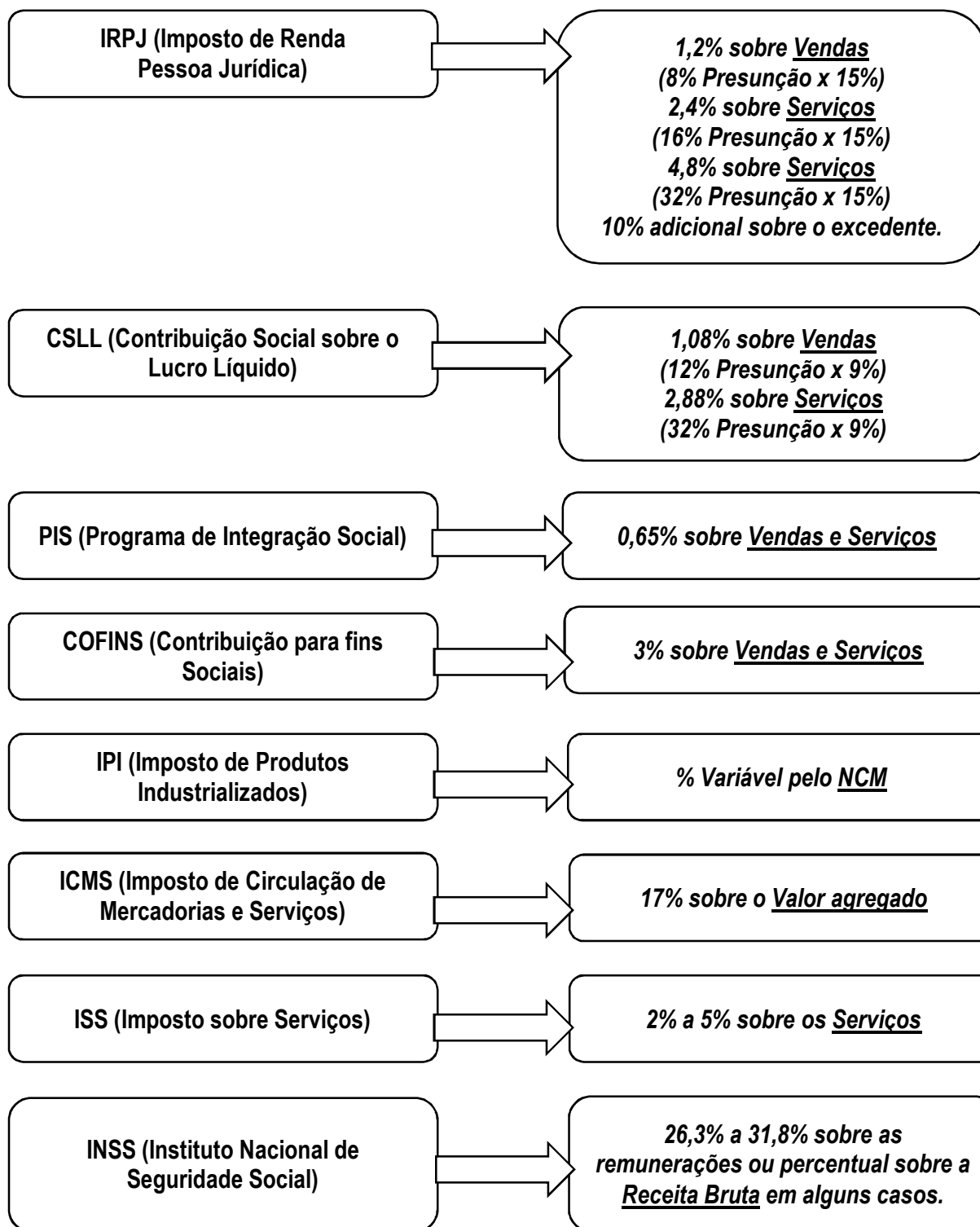
Anotações:

Planilha de Tributação do Lucro Real:



Anotações:

Planilha de Tributação do Lucro Presumido:



Anotações:

III - LUCRO REAL (TRIMESTRAL E ESTIMATIVA, BALANÇO DE SUSPENSÃO)

❖ Empresas Obrigadas à Apuração do Lucro Real:

A partir de 01.01.2.014, estarão obrigadas à opção pelo **Lucro Real** as seguintes pessoas jurídicas:

I – Cuja Receita total, no ano-calendário anterior seja superior ao limite de R\$ 78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais) ou a R\$ 6.500.000,00 (seis milhões e quinhentos mil reais) multiplicado pelo número de meses de atividade do ano-calendário anterior, quando inferior a 12 (doze) meses (limite estabelecido pela Lei 12.814/2.013);

II – Cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

III – Que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;

IV – Que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;

V – Que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 2 da Lei 9.430/1.996;

VI – Que explorem as atividades de prestação cumulativa e contínua de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber, compras de direitos creditórios resultantes de vendas mercantis a prazo ou de prestação de serviços (factoring).

VII – Que explorem as atividades de securitização de créditos imobiliários, financeiros e do agronegócio.

Também estão obrigadas ao Lucro Real as empresas imobiliárias, enquanto não concluídas as operações imobiliárias para as quais haja registro de custo orçado (IN SRF 25/1.999). O custo orçado é a modalidade de tratamento contábil dos custos futuros de conclusão de obras.

As **Sociedades de Propósito Específico (SPE)** deverão apurar o imposto de renda das pessoas jurídicas com base no lucro real, conforme estipulado no art. 56, § 2, IV da **Lei Complementar 123/2.006**.

Formas de Tributação:

As empresas que apuram o Lucro Real, durante o ano calendário poderão adotar como forma de cálculo do **IR/CSLL**, o lucro real trimestral ou o Lucro Real Anual (estimativa mensal).

No Lucro Real Trimestral os recolhimentos efetuados são definitivos, ou seja, não estarão sujeitos a ajustes no encerramento do ano-calendário.

O Regime da Estimativa tem por característica ser uma forma de antecipação mensal de **IR/CSLL** resultando, portanto, em cálculos provisórios cujos recolhimentos serão ajustados com o **IR/CSLL** apurados no encerramento do período-base, **normalmente em 31/dezembro**.

Uma vez exercida a opção pelo pagamento mensal do imposto calculado por estimativa, a empresa **deverá apurar o Lucro Real em 31 de dezembro do respectivo ano-calendário**.

➤ **Opção pela Forma de Tributação:**

A opção pela forma de tributação se dá com o primeiro recolhimento do imposto no ano-calendário através do código informado no **DARF**, e uma vez efetuada a opção, o regime adotado é definitivo para todo o ano-calendário, ou seja, não poderá ser alterado.

A pessoa jurídica submetida ao lucro presumido poderá, excepcionalmente, em relação ao quarto trimestre-calendário, optar pelo lucro real, sendo definitiva a tributação pelo lucro presumido relativa aos três primeiros trimestres.

➤ **Lucro Real Trimestral:**

Adotado este regime, a pessoa jurídica deverá ao final de cada período-base (trimestral), apurar o lucro líquido, nos termos da legislação comercial e fiscal, o que vai lhe exigir escrituração contábil completa. Este lucro líquido será transportado para o **LALUR** para fins de ajustes e assim chegando-se à determinação do lucro real, base de cálculo do **IR**. Por sua vez, seguindo o mesmo sistema, a **CSLL** será calculada sobre o lucro líquido ajustado pelas adições, exclusões e compensações que lhe são próprias, na forma definida pela legislação em vigor.

Adotado o regime de lucro real trimestral a empresa deverá recolher o **IRPJ** e a **CSLL** de forma definitiva, nos seguintes prazos de recolhimento:

A principal desvantagem dessa forma de apuração é que a compensação de prejuízos fiscais de períodos (trimestres) anteriores **fica limitada a 30%**, mesmo quando dentro do ano-calendário.

Como os trimestres são calculados com base em resultados distintos, os resultados de um trimestre não se comunicam com os demais trimestres do mesmo ano-calendário. A compensação está limitada a 30% do lucro real, ou seja, 30% sobre o lucro de R\$ 100,00

Essa opção pode apresentar mais vantagens para as empresas que não tenham atividades sazonais, ou seja, aquelas em que o montante da receita apresenta certa uniformidade durante todo o ano-calendário.

Lucro Real Anual - Regime da Estimativa Mensal:

O regime da estimativa mensal caracteriza-se pela forma simplificada de recolhimento. Uma vez definida a receita bruta, sobre ela aplicam-se os percentuais de presunção de lucro, os mesmos previstos para o regime do lucro presumido. A esta base deverá ser acrescida as demais receitas e ganhos de capital. Neste regime vigora o sistema de suspensão ou redução do **IR/CSLL** que certamente vai exigir da empresa rígida organização contábil para que se possa comprovar com base em escrituração completa, que o imposto já pago excede o devido no período em curso ou, simplesmente, comprovar que não se deve imposto no período em curso.

No regime da estimativa a base de cálculo é formada pelo somatório do lucro estimado e demais receitas e ganhos de capital. O lucro é calculado da seguinte forma:

- a) aplicando os percentuais de presunção sobre a receita bruta; ou, opcionalmente;
- b) com base no balancete de suspensão que vai demonstrar o lucro acumulado do período-base.

Cálculo do IR estimado – Alíquota:

Sobre a base de cálculo determinada na forma dos itens anteriores incide o Imposto de Renda determinado pela aplicação da alíquota de **15%**.

Quadro de Incidência das Modalidades de PIS e COFINS:

Incidência Cumulativa	Incidência Não Cumulativa
Alíquota de <u>0,65% para o PIS e 3% ou 4% para o COFINS</u>	Alíquota de <u>1,65% para o PIS e 7,6% para o COFINS</u>
<u>Não se pode</u> utilizar Créditos	<u>Permitido</u> a utilização dos Créditos
<u>Aplicar-se as Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido ou Arbitrado e não se aplica a pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real, exceto, nos casos específicos previstos em Lei.</u>	<u>Não se aplica às Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Presumido, Arbitrado e optantes pelo Simples Nacional.</u>

Contribuição do PIS/PASEP e COFINS:

A sistemática da “**Não-cumulatividade**” somente se aplica às Pessoas Jurídicas tributadas pelo imposto de renda pelo **Lucro Real, Trimestral ou Anual**.

As Pessoas Jurídicas não sujeitas à sistemática da “**Não-cumulatividade**” permanecem sujeitas às normas de apuração da contribuição para o **PIS/PASEP e da COFINS**, previstas na **Lei nº 9.718/99** e alterações posteriores.

Não se aplica às seguintes pessoas jurídicas:

- operadoras de planos de saúde;
- empresas de securitização de créditos;
- Instituições Financeiras e Equiparadas;
- órgãos públicos, as autarquias e fundações públicas federais, estaduais e municipais, e as fundações cuja criação tenha sido autorizada por lei;
- sociedades cooperativas exceto as de produção agropecuária e as de consumo a partir de 01.05.2.004 - Lei 10.865/04;
- empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores na forma da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1.983 (Instrução Normativa **SRF** nº 358/2.003).

Receitas não sujeitas ao PIS/PASEP e COFINS Não-cumulativos:

- de receitas submetidas ao regime especial (MAE);**
- de venda de veículos usados;**
- de receitas decorrentes de serviços de telecomunicações;**
- de receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (01.02.03) ver 10.684/03;**

- 4.1) de receitas decorrentes de venda de jornais e periódicos, e de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens(01.05.04);**
- 5) contratos anteriores a 31.10.2003 (casos específicos);**
 - 6) de receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e Aquaviário de passageiros (01.02.04);**
 - 7) as receitas decorrentes de serviços prestados por hospital, pronto-socorro, casa de saúde e de recuperação sob orientação médica e banco de sangue (01.02.2004);**
 - 7.1) as receitas decorrentes de serviços prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas, bem assim os serviços de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia, quimioterapia e de banco de sangue(01.05.2004);**
 - 8) as receitas decorrentes de prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental e médio e educação superior (01.02.04);**
 - 9) as receitas decorrentes de prestação de serviços das empresas de Call center, telemarketing, tele cobrança e de tele atendimento em geral (01.05.04);**
 - 10) as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2.006 (01.05.04);**
 - 11) as receitas auferidas por parques temáticos, e as decorrentes de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme será definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo (01.05.04);**
 - 12) as receitas auferidas por pessoas jurídicas, decorrentes da edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia (01.05.04);**
 - 13) as receitas decorrentes de prestação de serviços com aeronaves de uso agrícola inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) (01.05.04);**
 - 14) as receitas das lojas francas referidas no art. 15 do Decreto-lei nº 1.455/76(01.05.04);**
 - 15) as receitas decorrentes de prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e as decorrentes da prestação de serviço de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo (01.05.04);**
 - 16) receitas decorrentes da prestação de serviços postais e telegráficos prestados pela EBCT (26.07.04);**
 - 17) receitas decorrentes da prestação de serviços públicos de concessionárias operadoras de rodovias (26.07.04);**
 - 18) receitas decorrentes da prestação de serviços das agências de viagens e turismo (26.07.04);**
 - 19) receitas auferidas por empresas de serviços de informática, decorrentes das atividades de desenvolvimento de software e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como de análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria, suporte técnico e manutenção ou atualização de software, compreendidas ainda como softwares as páginas eletrônicas, sendo que não alcança a comercialização, licenciamento ou cessão de direito de uso de software importado (01.01.05);**
 - 20) as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda, quando decorrentes de contratos de longo prazo firmados antes de 30 de outubro de 2.003 (01.07.05-MP 252/2.005).**

A exclusão da sistemática da não-cumulatividade implica a tributação dessas Receitas pelas alíquotas normais do PIS/PASEP e da COFINS: 0,65% e 3%, respectivamente, **sem direito a crédito pelas entradas.**

Base de cálculo:

A base de cálculo das contribuições “**não-cumulativas**” é o faturamento, assim entendido a Receita Bruta da Pessoa Jurídica qualquer que seja o tipo de atividade por ela exercida e a classificação contábil adotada para as receitas, menos as exclusões admitidas.

A Receita deve ser tomada sem o IPI destacado e sem dedução do ICMS, que integra a Receita Bruta. Quando a empresa cobrar ICMS como **substituta tributária**, esse valor não integra a Receita Bruta.

As Receitas não operacionais, auferidas a partir de 1º de fevereiro de 2.003, decorrentes da venda de bens do ativo permanente não integram a Receita Bruta (até 31 de janeiro de 2.004, em relação ao PIS, as Receitas não operacionais não integrantes da Receita Bruta se limitavam à venda de bens do ativo imobilizado).

Exclusões admitidas:

Podem ser excluídos ou deduzidos da Receita Bruta, quando a tenham integrado, os valores:

- As receitas isentas ou não alcançadas pela incidência da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;
- As receitas não operacionais (venda de ativo permanente);
- Auferidas pela PJ revendedora, na revenda de mercadorias em relação às quais a contribuição seja exigida da empresa vendedora, na condição de substituta tributária;
- Vendas canceladas/devoluções e descontos incondicionais concedidos;
- Reversões de provisões;
- Recuperações de créditos baixados como perda que não representam ingresso de novas receitas;
- Resultado positivo da equivalência patrimonial;
- Lucros e dividendos;
- IPI e ICMS de substituição tributária.

-Exclusão do ICMS e a Tese do Século:

A mais de 20 anos há uma discussão sobre a **composição da Base de Cálculo do PIS e COFINS, sobre a questão do ICMS, o julgamento do mérito foi em 15/03/2.017 (em caráter de intenção à todos), RE (Recurso extraordinário nº 574706) depois de 07 meses vem o ACORDÃO da decisão. Então a União entra recurso de EMBARGOS de DECLARAÇÃO (Lucidez nas questões: Qual é o ICMS a ser excluído, DESTACADO na NF ou ICMS PAGO pelo contribuinte), embasado na Solução de COFIS 13, IN nº 1.911/2.019.**

❖ Contribuintes que ingressaram com ação até 15/03/2.017:

Deverão continuar com a ação em andamento até que finalize o processo, essas ações deverão transitar em julgado, dessa forma, o contribuinte terá direito a todo crédito do período discutido e terá total direito a realizar a habilitação do crédito perante a Receita Federal e realizar suas compensações.

No entanto, as **empresas que possuem liminar, não precisam aguardar o trânsito em julgado para excluir o ICMS do mês, já pode excluir o ICMS no mês de competência,** aguardando somente o término da ação para compensação do montante do crédito dos períodos anteriores.

❖ Contribuintes que ingressaram com ação após 15/03/2.017 ou não ingressaram com ação:

Para esses contribuintes, após o pronunciamento da PGFN, não haverá necessidade de discussão judicial para reaver os valores pagos do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e Cofins, os contribuintes

Anotações:

[illegible]

Créditos:

Não geram direito a crédito as aquisições e os pagamentos efetuados a pessoas físicas, por serviços prestados, como assalariado ou não, ou por compras realizadas.

A Pessoa Jurídica pode descontar créditos, determinados mediante a aplicação das alíquotas (**1,65% e 7,6%**) sobre a base de cálculo.

Podem ser utilizadas como créditos as aquisições efetuadas no mês de bens para revenda, e de bens e serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, utilizados como insumos na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda; ou na prestação de serviços, sendo que o **IPI** incidente na aquisição, quando recuperável, não integra o custo dos bens.

Conceito de Insumo:

• Na **atividade industrial**: além dos combustíveis e lubrificantes são insumos:

- a) As matérias primas, os produtos intermediários, o material de embalagem e quaisquer outros bens que sofram alterações, tais como o desgaste, o dano ou a perda de propriedades físicas ou químicas, em função da ação diretamente exercida sobre o produto em fabricação, desde que não estejam incluídas no ativo imobilizado;
- b) os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na produção ou fabricação do produto.

• Na **prestação de serviços**: além dos combustíveis e lubrificantes são insumos:

- a) Os bens aplicados ou consumidos na prestação de serviços, desde que não estejam incluídos no ativo imobilizado (o crédito na aquisição de bens ativo se dará pela depreciação); e
- b) Os serviços prestados por pessoa jurídica domiciliada no País, aplicados ou consumidos na prestação do serviço.

Outros créditos:

Também dará direito a crédito as despesas e custos incorridos no mês, relativos:

- ***A energia elétrica consumida nos estabelecimentos da pessoa jurídica;***
- ***A aluguéis de prédios, máquinas e equipamentos, pagos à pessoa jurídica, utilizados nas atividades da empresa;***
- ***Despesas financeiras decorrentes de empréstimos e financiamentos até 31.07.2004 (vetado pela lei 10.865/04 a partir de 01.08.2004)***
- ***A contraprestação de operações de arrendamento mercantil pagas a pessoa jurídica, exceto quando esta for optante pelo Simples Nacional e***
- ***Armazenagem de mercadoria e frete na operação de venda e na prestação de serviços, quando o ônus for suportado pelo vendedor.***
- ***Em relação aos encargos de depreciação e amortização, incorridos no mês, relativos a:***
 - a) ***máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado, adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, ou na prestação de serviços;***
e

b) edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros, utilizados nas atividades da empresa.

Para as empresas sujeitas ao regime não cumulativo do **PIS e COFINS**, o ativo imobilizado gera créditos para abatimento das contribuições devidas.

Como regra geral a apropriação dos créditos ocorre sobre os encargos de depreciação incorridos em cada período.

No entanto, a legislação permite, para algumas situações específicas, a aceleração dessa apropriação, gerando oportunidades de planejamento tributário.

Opcionalmente, o contribuinte pode calcular créditos sobre o valor de aquisição de bens referidos no prazo de:

– 1/48 avos, no caso de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado.

A partir de 01.05.2004, em razão da incidência das contribuições sobre as importações, a aquisição de produtos importados incorporados ao ativo imobilizado poderá gerar direito a crédito para desconto na apuração não cumulativa dessa contribuição, apurado com base nos **encargos de depreciação ou em 1/48 avos do valor de aquisição do bem**.

– 1/24 Avos – Aparelhos e Equipamentos (Decreto 6.909/2009), no caso de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, relacionados no Decreto 6.909/2009, conforme disposto no artigo 2º da Lei 11.051/2004, adquiridos a partir de 1º de outubro de 2004, destinados ao ativo imobilizado e empregados em processo industrial do adquirente.

Nota 1: até 22.07.2009, os bens destinados ao ativo imobilizado beneficiados com a depreciação acelerada em 2 anos estavam relacionados nos **Decretos 4.955/2004, e 5.173/2004**, conforme disposto no **Decreto 5.222/2004**.

Nota 2: os valores devem referir-se apenas à depreciação de máquinas e outros bens do ativo imobilizado, novos, adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda ou utilizados na prestação de serviços.

✓ **Máquinas e Equipamentos:**

Atualmente, nas hipóteses de aquisição no mercado interno ou de importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens e prestação de serviços, os contribuintes poderão optar pelo desconto dos créditos imediatamente, no caso de aquisições ocorridas a partir de julho de 2012.

✓ **Construções de Edificação:**

1/24 (um vinte e quatro avos) do valor de aquisição ou construção de edificação incorporada ao ativo imobilizado, adquiridas ou construídas para utilização na produção de bens destinados à venda ou na prestação de serviços.

Para determinação da base de cálculo dos créditos, no custo de aquisição ou construção da edificação não se inclui o valor:

- De terrenos;
- De mão de obra paga a pessoa física e;

– Da aquisição de bens ou serviços não sujeitos ao pagamento das contribuições em decorrência de imunidade, não incidência, suspensão ou alíquota 0 (zero) do PIS/Pasep e da Cofins.

Crédito não aproveitado:

O crédito não aproveitado em determinado mês pode ser utilizado nos meses subsequentes. Como regra os créditos do **PIS/PASEP e da COFINS** serão utilizados para abater o valor das contribuições devidas em cada mês. Havendo excedente, este será transferido para o mês seguinte. O aproveitamento de crédito na dedução das contribuições a recolher não ensejará atualização monetária ou incidência de juros sobre os respectivos valores.

Nomenclatura utilizada para tributação de Mercadorias ou Produtos no PIS e COFINS:

Nomenclatura	CST	Aplica-se a mercadorias	Tabela
Alíquota Zero	06	Tratadas como benefício fiscal, cujo consumo o governo deseja incentivar, por prazos, geralmente limitados <i>Exemplo: Zona Franca de Manaus, ALC, diversos produtos alimentícios, dentre outros.</i>	4.3.13
Substituição Tributária	05	a) Tributadas na origem (fabricantes e importadores) b) Alíquota zero na comercialização varejista <i>Exemplo: cigarros e implementos agrícolas</i>	4.3.12
Sistemática Monofásica / Diferenciado	02	a) Alíquotas diferenciadas aplicadas pelos fabricantes e importadores	4.3.10
	03	b) Alíquota zero na comercialização varejista	4.3.11
	04	<i>Exemplo: cerveja, refrigerante, medicamentos, perfumaria...</i>	
Isenção	07	Não estão sujeitas a contribuição de PIS e COFINS <i>Exemplo: frete internacional, venda para Itaipu</i>	4.3.14
Suspensão	09	Não estão sujeitas a contribuição de PIS e COFINS, podendo atingir parte ou toda a cadeia de comercialização <i>Exemplo: produtos agropecuários, REPES, RECAP, RECOPA</i>	4.3.16
Sem Incidência	08	Fora do campo da tributação da PIS e da COFINS <i>Exemplo: exportação direta ou indireta, venda biodiesel</i>	4.3.15

➤ **Manutenção de Créditos:**

O art. 16 da Lei nº 11.116/2005 determina que as vendas efetuadas com suspensão, isenção, alíquota zero ou não-incidência da Contribuição para o **PIS/PASEP e da COFINS** não impedem a manutenção, pelo vendedor, dos créditos vinculados a essas operações

Bens furtados, roubados, inutilizados, deteriorados ou destruídos - Estorno de Créditos

Deverá ser estornado o crédito do **PIS/PASEP** e da **COFINS** relativo a bens adquiridos para **REVENDA** ou bens **UTILIZADOS COMO INSUMOS** na prestação de serviços e na produção ou fabricação de bens ou produtos destinados à venda, que tenham sido furtados ou roubados, inutilizados ou deteriorados, destruídos em sinistro ou, ainda, empregados em outros produtos que tenham tido a mesma destinação (§13 art. 3º Lei 10.833/2003)

➤ **Mudança REAL para PRESUMIDO:**

SC 82/03 - 6º RF - O crédito que se refere ao **PIS não-cumulativo** não pode ser descontado no **PIS** calculado pela alíquota de **0,65%** pela pessoa jurídica que passou da sistemática da tributação pelo imposto de renda com base no **Lucro Real para a do Lucro Presumidos** **DISPOSITIVOS LEGAIS:** Lei 10.637/02, art. 5º, caput e § 1º, II. (Data 25.06.03).

Estoque anterior:

A pessoa jurídica contribuinte do **PIS/PASEP** e da **COFINS**, na sistemática da “**Não-cumulatividade**”, terá direito aos créditos referentes ao estoque de bens e serviços utilizados como insumos na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços, inclusive combustíveis e lubrificantes, e de bens para revenda, **exceto em relação às mercadorias e aos produtos sujeitos à substituição tributária e à incidência monofásica da contribuição**, existentes em:

- a) 1º de dezembro de 2.002, em relação ao **PIS/PASEP**; e
- b) 1º de fevereiro de 2.004, em relação à **COFINS**.

O montante de crédito presumido será igual ao resultado da aplicação do percentual de **0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento)** para o **PIS/PASEP** e de **3,0% (três por cento)** para a **COFINS** sobre o valor do estoque. O crédito sobre o estoque será utilizado em doze parcelas mensais, iguais e sucessivas, a partir de 1º de dezembro de 2.002 para o **PIS/PASEP** e a partir de 1º de fevereiro de 2.004 para a **COFINS**.

Também a pessoa jurídica que, tributada com base no lucro presumido ou optante pelo **SIMPLES NACIONAL**, passar a ser tributada com base no lucro real, terá direito ao aproveitamento do crédito presumido, calculado sobre o estoque de abertura dos bens, quando adquiridos para revenda ou utilizados como insumo na fabricação de produtos destinados à venda ou na prestação de serviços que geram direito ao aproveitamento de crédito, devidamente comprovado, na data da mudança do regime de tributação.

Exercício de Fixação – Crédito Presumido de Estoques:

	Valor do Estoques	R\$ 77.000,00
(-)	Desconto sobre Estoques (X%) perda/quebra	(R\$ 1.000,00)
(=)	Valor do Estoques	
(=)	Base de Cálculo dos Estoques	
(x)	Alíquota de PIS	
(x)	Alíquota de COFINS	
(=)	Crédito Presumido disponível	
(=)	Apropriação Mensal	
	Crédito Presumido PIS	
	Crédito Presumido COFINS	

Apuração proporcional dos créditos:

Na hipótese de a pessoa jurídica sujeitar-se à incidência “**não-cumulativa**” do **PIS/PASEP** e da **COFINS** em relação apenas a parte de suas receitas, o crédito será apurado, exclusivamente, em relação aos custos, despesas e encargos vinculados a essas receitas. Para tanto, a pessoa jurídica deverá alocar, a cada mês, separadamente para a modalidade de incidência as parcelas dos custos respectivos.

No caso de custos, despesas e encargos vinculados às receitas sujeitas à “**Não-cumulatividade**” e àquelas submetidas ao regime de incidência cumulativa dessa contribuição, o crédito será determinado, a critério da pessoa jurídica, pelo método de:

- a) **Apropriação direta**, inclusive, em relação aos custos, por meio de sistema de contabilidade de custos integrada e coordenada com a escrituração; ou
- b) **Rateio proporcional**, aplicando-se aos custos, despesas e encargos comuns a relação percentual existente entre a receita bruta sujeita à incidência não cumulativa e a receita bruta total, auferidas em cada mês.

O método eleito pela pessoa jurídica será aplicado consistentemente por todo o ano-calendário.

Controle contábil e extra contábil dos créditos:

A legislação obriga a pessoa jurídica sujeita à sistemática da “**Não-cumulatividade**” a contabilizar os bens e serviços adquiridos e os custos e despesas incorridos, pagos ou creditados a pessoas jurídicas domiciliadas no País separadamente daqueles efetuados a pessoa jurídica domiciliada no exterior.

Embora não tenha havido a instituição de um livro fiscal próprio para controle dos créditos do **PIS/PASEP** e da **COFINS**, é aconselhável que a pessoa jurídica faça adaptações em seu plano de contas contábeis, de forma a identificar os dispêndios mensais que geram créditos.

O valor dos créditos apurados não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para dedução do valor devido da contribuição.

A pessoa jurídica deve contabilizar o valor dos bens e serviços utilizados como insumos, adquiridos de pessoas físicas residentes no País, separadamente das aquisições efetuadas de pessoas físicas residentes no exterior.

Deduções:

Deduzidos os créditos do valor do **PIS/PASEP** e da **COFINS** devidos, a pessoa jurídica poderá, ainda, reduzir o valor a pagar por:

- a) Dos valores de **PIS/PASEP** e da **COFINS** retidos na fonte por outras pessoas jurídicas para as quais prestou serviços sujeitos à retenção ou por órgãos públicos sobre os recebimentos decorrentes de fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras a esses órgãos;
- b) Pagamentos indevidos ou a maior em períodos anteriores, de **PIS/PASEP** e da **COFINS** ou de outros tributos e contribuições, mediante preenchimento da Declaração de Compensação a que se refere a **IN SRF** nº. 460/2.004.

❖ Relacionamento da Contabilidade com o SPED

Legislação do SPED Contábil:

- **Decreto nº 6.022/2.007** (institui o Sistema Público de Escrituração Digital);
- **Instrução Normativa do DNRC Nº 107/08** (Dispõe sobre a autenticação de instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros, tradutores públicos e interpretes comerciais);
- **Resolução CFC nº 1.020/05** (aprova a NBC T nº 2.8 das formalidades da Escrituração Contábil em forma eletrônica);
- **Instrução Normativa RFB nº 787/07** (institui a Escrituração Contábil Digital);
- **Ato Declaratório Executivo COFIS (RFB) 36/07 e 20/09** (Divulga das regras de validação e das tabelas de códigos).



Art. 4º A ECD deverá ser submetida ao Programa Validador e Assinador (PVA), especificamente desenvolvido para tal fim, a ser disponibilizado na página da RFB na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br/sped, contendo, no mínimo, as seguintes funcionalidades:

- I - Validação do Arquivo Digital da Escrituração;
- II - Assinatura digital;
- III - Visualização da escrituração;
- IV - Transmissão para o SPED;
- V - Consulta à situação da escrituração.

I - Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2.008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2.007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

II - Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2.009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. Portanto, a partir do ano-calendário 2.009, estão obrigadas ao SPED Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo Lucro Real.

Para as outras Sociedades Empresárias a ECD é facultativa. As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

As regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a Sociedade Empresária teve ou não movimento no período. Sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias (como apresentação de DCTF), entre outras.

Em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de Janeiro de 2.014:

- **As Pessoas Jurídicas sujeitas à tributação do Imposto sobre a Renda com base no Lucro Real;**
- **As Pessoas Jurídicas tributadas com base no Lucro Presumido, que distribuírem, a título de lucros, sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), *parcela dos lucros ou dividendos superiores ao valor da base de cálculo do Imposto, diminuída de todos os impostos e contribuições a que estiver sujeita;***
- **As Pessoas Jurídicas Imunes e Isentas.**

Anotações:

A questão da obrigatoriedade da IMUNES e ISENTAS:

IV - Às pessoas jurídicas imunes e isentas que auferiram, no ano-calendário, Receitas, Doações, Incentivos, Subvenções, Contribuições, Auxílios, Convênios e ingressos assemelhados cuja soma *seja inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) ou ao valor proporcional ao período a que se refere a Escrituração.*

As Sociedades em Conta de Participação (SCP) *deverá apresentar ECD como livro próprio.* (Alteração inciso 4º, artigo 3º, IN RFB nº 1.774/2.017)

Há que se ressaltar que, caso a Pessoa Jurídica tenha Sociedades em Conta de Participação (SCP), cada SCP deverá preencher e transmitir sua própria ECF, utilizando o CNPJ da Pessoa Jurídica

que é a Sócia Ostensiva e um código criado pela própria Pessoa Jurídica para identificação de cada SCP de forma unívoca.

I - As pessoas jurídicas domiciliadas no País que mantiverem no Exterior recursos em moeda estrangeira relativos ao recebimento de exportação, de que trata o art. 8º da Lei nº 11.371, de 28 de novembro de 2.006; e

II - As Empresas Simples de Crédito (ESC) de que trata a Lei Complementar nº 167, de 24 de abril de 2.019.

III - ME ou EPP, inclusive optante pelo Simples Nacional, que receber Aporte de Capital, na forma prevista nos artigos 61-A a 61-D da Lei Complementar nº 123/2.006 (Investidor Anjo);

VI - As pessoas jurídicas do segmento de construção civil dispensadas de apresentar a EFD - ICMS/IPI ficam obrigadas a apresentar o livro Registro de Inventário na ECD, como um livro auxiliar.

§ 7º Os consórcios de empresas constituídos na forma dos arts. 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1.976, quando possuírem inscrição própria no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), poderão entregar a ECD de forma facultativa.

Anotações:

This image shows a blank sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Dispensa da entrega:

São obrigadas ao preenchimento da ECD e ECF todas as Pessoas Jurídicas, inclusive Imunes e Isentas, sejam elas tributadas pelo Lucro Real, Lucro Arbitrado ou Lucro Presumido, exceto:

I - As Pessoas Jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2.006;

II - Aos Órgãos Públicos, as Autarquias e as Fundações Públicas; e

III - As Pessoas Jurídicas Inativas de que trata a Instrução Normativa RFB no 1.536, de 22 de Dezembro de 2.014.

Quadro Resumo de Obrigatoriedade e Dispensa ECD e ECF:

ECD	ECF	Tipos de Pessoas Jurídicas conforme a Legislação do Imposto de Renda
<u>SIM</u>	<u>SIM</u>	“ Lucro REAL “
<u>SIM</u>	<u>SIM</u>	“ Lucro ARBITRADO “
<u>NÃO</u>	<u>SIM</u>	“ Lucro PRESUMIDO com <u>Distribuição de Lucros até o limite de PRESUNÇÃO - (Livro Caixa)</u> “
<u>SIM</u>	<u>SIM</u>	“ Lucro PRESUMIDO com <u>Distribuição de Lucros acima do limite de PRESUNÇÃO</u> “
<u>NÃO</u>	<u>SIM</u>	“ PJ IMUNE / ISENTAS com Auferiu Receitas, Doações, Incentivos, Subvenções, Contribuições, Auxílios, Convênios e ingressos assemelhados, cuja <u>soma seja inferior à R\$ 4.800.000,00. – (Livro Caixa).</u> ”
<u>SIM</u>	<u>SIM</u>	“ PJ IMUNE / ISENTAS com Auferiu Receitas, Doações, Incentivos, Subvenções, Contribuições, Auxílios, Convênios e ingressos assemelhados, cuja <u>soma seja superior à R\$ 4.800.000,00.</u> ”
<u>NÃO</u>	<u>NÃO</u>	“ PJ INATIVA (DCTF – INATIVA) “
<u>NÃO</u>	<u>NÃO</u>	“ SIMPLES NACIONAL “ (Entrega de forma voluntária, sem multa por atraso da entrega)

Obrigatoriedade SCP:

	Obrigatoriedade de entrega da ECD	Observação
SCP tributada pelo lucro real	Sim	-
SCP do lucro presumido que: Não optou pelo livro caixa (parágrafo único do art. 45 da Lei nº 8.981/1995). ou Distribuí parcela de lucros ou dividendos sem incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) em montante superior ao valor da base de cálculo do imposto sobre a renda apurado diminuída dos impostos e contribuições a que estiver sujeita, independentemente se optou ou não pelo livro caixa.	Sim	-
SCP de imunes e isentas que auferirem receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados, cuja soma seja superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) no ano-calendário a que se refere a escrituração contábil, ou proporcional ao período.	Sim	A partir do ano-calendário 2016
Demais SCP	Não	

Prazos diferenciados para ECD e ECF:

Obrigação:	Situação:	Prazo:
<u>ECD</u> (Escrituração Contábil Digital)	<u>Situação especial ocorrida de Janeiro à Abril do ano de entrega da ECD para situações especiais (fusão, cisão total ou parcial, incorporação, extinção).</u>	<u>Último dia útil do mês de Maio do ano seguinte ao calendário a que se refere a escrituração.</u>
<u>ECD</u> (Escrituração Contábil Digital)	<u>Situação especial ocorrida de Maio à Dezembro do ano de entrega da ECD para situações especiais (fusão, cisão total ou parcial, incorporação, extinção).</u>	<u>Último dia útil do Mês subsequente ao evento.</u>
<u>ECF</u> (Escrituração Contábil Fiscal)	<u>Situação especial ocorrida de Janeiro à Abril do ano de entrega da ECD para situações especiais (fusão, cisão total ou parcial, incorporação, extinção).</u>	<u>Último dia útil do mês de Julho do ano seguinte ao calendário a que se refere a escrituração.</u>
<u>ECF</u> (Escrituração Contábil Fiscal)	<u>Situação especial ocorrida de Maio à Dezembro do ano de entrega da ECD para situações especiais (fusão, cisão total ou parcial, incorporação, extinção).</u>	<u>Último dia útil do 3º Mês subsequente ao evento.</u>

Anotações:

[illegible]

Quantidade de Livros por Arquivo e Quantidade de Arquivos por Ano-Calendário:

O arquivo da **ECD** sempre corresponde a um livro, ou seja, não é possível que um arquivo contenha mais de um livro. Além disso, regra geral, a **ECD** será entregue em apenas um arquivo correspondente a todo o ano-calendário.

Contudo, há algumas exceções, como por exemplo, a escrituração resumida com livros auxiliares. Nessa situação, a escrituração poderá conter mais de um livro por ano-calendário e, conseqüentemente, mais de um arquivo, tendo em vista que haverá o livro principal (escrituração resumida) e um ou mais livros auxiliares.

Limite de Tamanho e Período dos Livros:

Como regra geral, o livro é mensal, mas pode conter mais de um mês, desde que não ultrapasse **05 GB (gigabyte)**.

Os períodos de escrituração do livro principal e dos livros auxiliares devem coincidir. Portanto, se a escrituração possui um livro principal e um livro auxiliar e, em virtude do tamanho, o livro principal é fracionado em 12 livros mensais, o livro auxiliar também deverá ser dividido em 12 livros mensais, seguindo os períodos adotados no livro principal.

Existem outros limites:

- Todos os meses devem estar contidos no mesmo ano.
- Não deve conter fração de mês (exceto nos casos de início de atividade, cisão, fusão, incorporação ou extinção).

Impressão dos Livros:

São formas alternativas de escrituração: em papel, em fichas, em microfichas ou digital. Assim, elas não podem coexistir em relação ao mesmo período. Ou seja, não podem existir, ao mesmo tempo, dois livros diários em relação ao mesmo período, sendo um digital e outro impresso.

O SPED enviará um resumo das informações contidas no ECD (requerimento, Termo de Abertura e Termo de Encerramento) para a Junta Comercial. Apenas depois de realizado o pagamento da GUIA que o arquivo estará disponível para ser analisado pela JUNTA.

A análise poderá gerar três situações, todas elas com o termo próprio:

- **Autenticação do livro:**
- Indeferimento;
- Sob exigência.

Dispensa da Autenticação do Livro na Junta Comercial:

O Decreto nº 8.683/2016 - DOU 1 de 26.02.2016 acrescentou o art. 78-A ao Decreto nº 1.800/1.996, que regulamenta a Lei nº 8.934/1.994, a qual dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

A autenticação dos livros contábeis digitais será comprovada pelo recibo de entrega emitido pelo SPED e dispensa a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1.994, nos termos do art. 39-A da referida Lei.

SPED Contábil - ECD

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped	Versão: 1.0
--	-------------

RECIBO DE ENTREGA DE LIVRO DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA OU SOCIEDADE	
NIRE 31207226666	CNPJ 07.301.671/0001-31

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:				
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE
Socio adm.	780.467.776-68	Roberto Dias Duarte	142984781920208867833 121301163024072863	12/04/2007 a 11/04/2010
CONTADOR	295.648.756-68	Eduardo Lara e Silva	109217298322875122529 74124901682290309	06/03/2009 a 04/03/2012

NÚMERO DO RECIBO:

3D.AA.10.83.8E.8C.AF.19.D0.C8.7F.
AC.84.8F.74.48.D1.0E.23.A9-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 16/03/2009 às 11:01:39

5D.D8.DB.03.A2.DB.FC.
F2 9E.BB.13.7A.4F.7B.BB.
99

Lembre-se: o ato do arquivo ser validado pelo validador NÃO implica que as informações nele contida estão corretas!!!!

Ele deixa você entregar um arquivo contábil sem o Balanço Patrimonial!! A responsabilidade é do informante!!!!

Relato de Problemas:

- Projeto ECF evidenciou as falhas na escrituração da ECD;
- Muitas das falhas induzidas pela não obrigatoriedade de alguns processos e/ou registros pela interpretação do guia prático da RFB;
- Multas também em função da não atenção das empresas no processo de montagem do plano de contas, seus relacionamentos com plano de contas referencial e até mesmo na composição da estrutura, nivelamento das contas, naturezas e adequação do layout exigido.

Lições apreendidas:

- Como consequência alto número de retrabalho relacionado a geração da ECD;
- Necessidade de penalização dos projetos ECF e retomada para adequação da ECD e posterior recuperação no PVA da ECF;
- Levou as empresas revisarem principalmente a montagem do PLANO SOCIETÁRIO x PLANO REFERENCIAL (DE-PARA);
- Em alguns casos obrigou a recriarem toda a estrutura do PLANO SOCIETÁRIO afim de corrigir erros na geração BP e DRE.

Anotações:

Procedimentos de Retificação de ECD:

De acordo com o **DECRETO nº 8.638, de 25 de fevereiro de 2.016, todas as ECD de empresas estarão automaticamente autenticadas no momento da transmissão** e o recibo de transmissão servirá como comprovante de autenticação.

O Decreto nº 8.683/2.016 também estabelece que as ECD transmitidas até sua data de publicação que estejam com status diferentes de “ sob exigência “ ou “ indeferidas” , também serão automaticamente consideradas autenticadas.

Consolidando as informações:

I – ECD de empresas transmitidas após 25 de fevereiro de 2.016: autenticadas no momento da transmissão.

II – ECD de empresas transmitidas até 25 de fevereiro de 2.016: autenticadas no momento da transmissão, exceto se estiverem “sob exigência “ ou “ indeferidas “. No caso de estarem “ sob exigência “ devem ser sanadas as exigências e deve ser transmitida a ECD substituta.

III – o RECIBO DE TRANSMISSÃO é o comprovante da autenticação;

Somente poderão ser substituídos os livros que contenham erros que não possam ser corrigidos por meio de lançamentos extemporâneos, nos termos das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Entidade deverá preencher o REGISTRO J801 – Termo de Verificação para fins de substituição da ECD – detalhando os erros que deram motivo à substituição da ECD. Este termo deverá integrar a escrituração substituta e conterá:

- a) Identificação da escrituração;
- b) Descrição pormenorizada dos erros;
- c) Identificação clara e precisa dos registros que contém os erros, exceto quando o erro for decorrência de outro erro já discriminado;
- d) Declaração de que o (s) signatários(s) do Termo de Verificação não (são) responsável(is) pelas escriturações substituta ou substituída, exceto quando eles forem signatários de uma delas;

O Termo de Verificação será assinado:

I – Pelo próprio profissional contábil que assina a escrituração substituta, quando a correção dos erros não dependa de alterações de lançamentos contábeis, saldos, ou demonstrações contábeis, tais como, correção em termo de abertura, de encerramento, identificação signatários;

II - Por dois (2) profissionais contábeis, sendo um deles contador, quando a correção do erro gere alterações de lançamentos contábeis, saldos, ou demonstrações contábeis não auditadas por auditor independente;

III – Por dois (2) contadores, sendo um deles Auditor Independente, quando a correção do erro gere alterações de lançamentos contábeis, ou demonstrações contábeis que tenham sido auditadas por auditor independente.

Observação: Somente profissionais contábeis regularmente habilitados poderão assinar o Termo de Verificação. **São nulas as alterações que não decorram do Termo de Verificação.**

[illegible]

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 86 CODAC, DE 03/11/2.009
(DOU S1, DE 05/11/2.009)

Fique atento às multas da ECD:

No cotidiano empresarial, sabemos que os fatos contábeis ocorrem e são registrados diariamente nos sistemas contábeis. E, por maiores que sejam os cuidados, sabemos que é raro que nesse processo não ocorram erros ou falhas.

A seguir, vamos conhecer mais sobre a aplicação dessas multas de acordo com a **Lei nº 13.670/2018** que alterou o suporte fático para aplicação de penalidades de escrituração no ambiente do Sped:

- 41

Redução das multas:

Para as pessoas jurídicas que utilizarem o Sistema Público de Escrituração Digital, as multas serão reduzidas:

- À metade, quando a obrigação for cumprida após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício.
- A 75% (setenta e cinco por cento), se a obrigação for cumprida no prazo fixado em intimação.

DECLARA:

Art. 1º - Fica instituído o código de receita **1438** - Multa por Falta ou Atraso na Entrega da Escrituração Contábil Digital (**ECD**). Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2.009.

❖ Relacionamento ECD e ECF:

**ADE COFIS 36/07 - ADE –
Ato Declaratório Executivo COORDENADOR-GERAL DO
SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO - COFIS nº 36 de 18.12.2007
D.O.U.: 21.12.2007**

Dispõe sobre as regras de validação e as tabelas de códigos aplicáveis à Escrituração Contábil Digital.

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 12 da Instrução Normativa **RFB** nº 787, de 19 de novembro de 2.007, declara:

Art. 1º As regras de validação aplicáveis aos campos, registros e arquivos integrantes da Escrituração Contábil Digital, instituída pela **Instrução Normativa RFB** nº 787, de 2.007, que serão utilizadas pelo **Programa Validador e Assinador (PVA)**, são as constantes do anexo I.

Art. 2º O **PVA** utilizará as tabelas de códigos internas ao Sistema Público de Escrituração Digital (**SPED**) definidas no anexo II.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Obrigatoriedade:

A partir do ano-calendário de 2.014, Todas As Pessoas Jurídicas, inclusive as equiparadas, deverão apresentar a **Escrituração Contábil Fiscal (ECF)** de forma centralizada pela matriz.

Caso a pessoa jurídica tenha **Sociedades em Conta de Participação (SCP)**, cada **SCP** deverá **preencher e transmitir sua própria ECF, utilizando o CNPJ da pessoa jurídica** que é sócia ostensiva e um código criado pela própria pessoa jurídica para identificação de cada **SCP**.

A Obrigatoriedade alcança, as empresas tributadas pelo **Lucro Real, Lucro Presumido, Lucro Arbitrado e as Entidades Imunes e Isentas que ficarem obrigadas a entrega da EFD-Contribuições.**

A Pessoa Jurídica deverá informar, na **Escrituração Contábil Fiscal - ECF** todas as operações que influenciem a **composição da base de cálculo e o valor devido do IRPJ e da CSLL**, observando que:

a) Para as empresas obrigadas a entrega do SPED Contábil, a utilização dos saldos e contas da ECD para preenchimento inicial da ECF;

b) A ECF a partir do ano-calendário de 2.015 também recuperará os saldos finais das ECF anterior;

c) À associação das contas do plano de contas contábil recuperado da ECD com plano de contas referencial da ECF;

d) Ao Detalhamento dos Ajustes do lucro líquido na apuração do Lucro Real, mediante tabela de adições e exclusões.

A ECF – Escrituração Contábil Fiscal é a mais nova obrigação acessória, relacionada ao IRPJ e a CSLL, instituída pela Receita Federal do Brasil. É uma escrituração fiscal obrigatória para as pessoas jurídicas sujeitas à tributação sobre o **Lucro Real, Presumido ou Arbitrado, bem como para as entidades imunes e isentas.**

Quem está dispensado da entrega ECF?????????.....

Estão dispensadas de apresentar a Escrituração Contábil Fiscal – ECF:

a) Às Pessoas Jurídicas optantes pelo Simples Nacional;

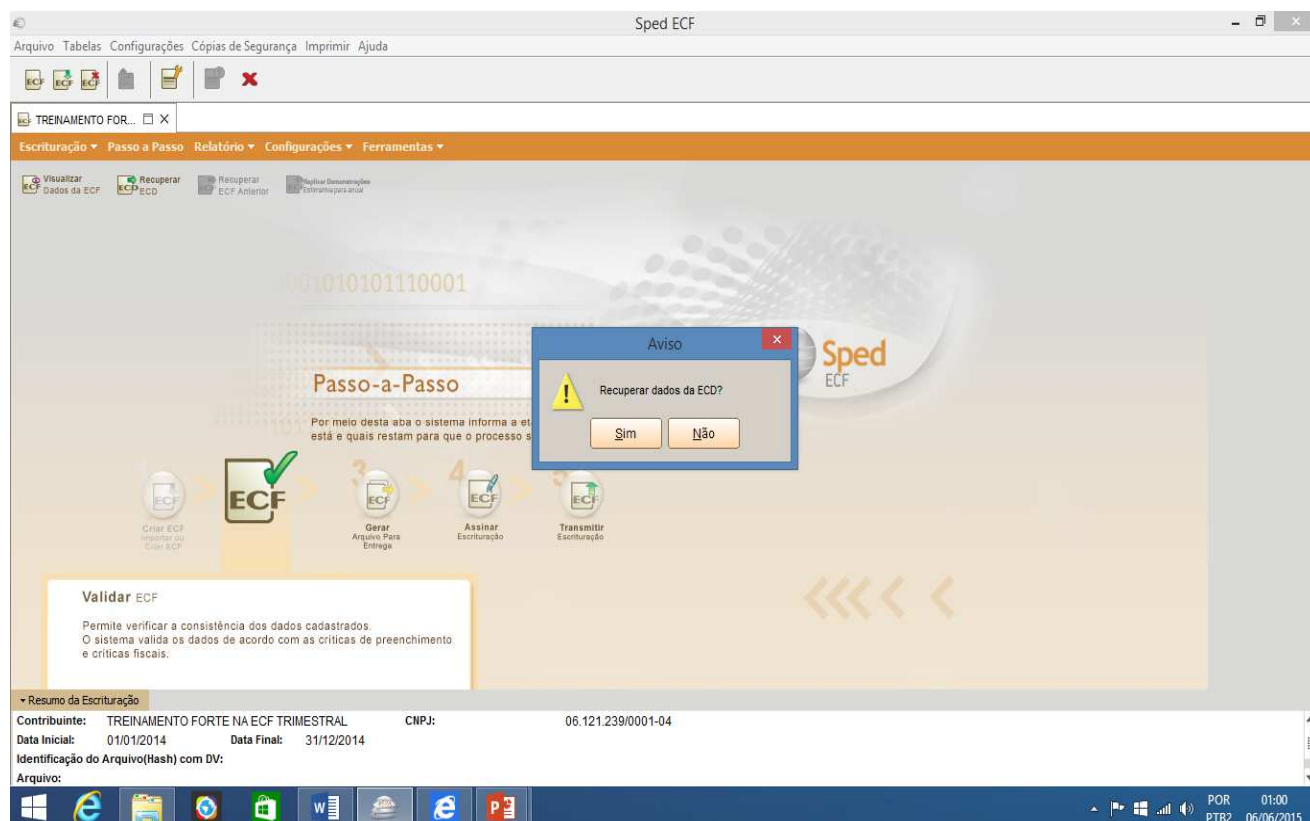
b) Aos Órgãos Públicos, às Autarquias e às Fundações Públicas;

c) Às Pessoas Jurídicas Inativas;

d) Às Pessoas Jurídicas Imunes e Isentas que, em relação aos fatos ocorridos no ano-calendário, não tenham sido obrigadas à apresentação da EFD-Contribuições (PIS/COFINS).

Pessoas Jurídicas IMUNES E ISENTAS:

Estão obrigadas a entrega com a revogação do **artigo 3º, da instrução nº1.252, a partir de 2.015.**



➤ Questão do Livro-Caixa para Lucro Presumido:

A Pessoa Jurídica tributada pelo Imposto de Renda com base no Lucro Presumido, poderá distribuir Lucro independentemente de apuração de Lucro pela Contabilidade. Partindo da base de cálculo do imposto de renda, deduz-se os Impostos e Contribuições a que estiver sujeita a Pessoa Jurídica (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) onde o resultado é o valor do Lucro a distribuir, Isento do Imposto de Renda na Fonte. É condição para esta regra que a distribuição ocorra após o encerramento do trimestre de apuração (art. 48 da IN SRF nº 93/97 e ADN COSIT nº 4/96).

1ºQuadro:

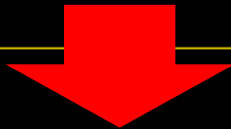
Receita Bruta de Prestação de Serviços		R\$ 100.000,00	
1º trimestre de 20XX			
Presunção de Lucro	x	32%	
Base Presumida	=	R\$	32.000,00
IRPJ (15% da base presumida)	-	R\$	4.800,00
CSLL (9% da base presumida)	-	R\$	2.880,00
PIS (0,65% da receita bruta)	-	R\$	650,00
COFINS (3% da receita bruta)	-	R\$	3.000,00
Lucro presumido deduzido dos impostos	=	R\$	20.670,00

Nesta hipótese poderá ser distribuído, a título de Lucro Isento do Imposto de Renda na Fonte o valor de R\$ 20.670,00.

Anotações:

Porém, o § 3º do art. 48, da IN n. 93, de 24/12/97, autoriza a Pessoa Jurídica tributada com base no Lucro Presumido a distribuir Lucros ou Dividendos de resultados apurados através de escrituração contábil, com observância da legislação comercial, ainda que por conta de período-base não encerrado.

Com isso, a Pessoa Jurídica poderá, por exemplo, levantar Balanços Trimestrais e distribuir o resultado apurado contabilmente, mesmo que este seja superior ao calculado com base nas presunções (vide exemplo acima), conforme segue o segundo exemplo:

e-LALUR	ECF
3% (três por cento) , não inferior a R\$ 100,00 (cem reais), do valor omitido, inexato ou incorreto.	3%, não inferior a R\$ 100,00, do valor das transações comerciais ou das operações financeiras, próprias da pessoa jurídica ou de terceiros em relação aos quais seja responsável tributário.
<p>A multa acima:</p> <p>a) não será devida se o sujeito passivo corrigi-las antes de iniciado qualquer procedimento de ofício; e</p> <p>b) será reduzida em 50%, se forem corrigidas no prazo fixado em intimação.</p>	
Quando não houver lucro líquido, antes do IR e da CS, no período de apuração a que se refere a escrituração, deverá ser utilizado o lucro líquido, antes do IR e da CS do último período de apuração informado, atualizado pela taxa Selic , até o termo final de encerramento do período a que se refere a escrituração.	

e-LALUR	ECF
<p>A multa por atraso será reduzida:</p> <p>a) em 90%, quando o livro for apresentado em até 30 dias após o prazo;</p> <p>b) em 75%, quando apresentado em até 60 dias após o prazo;</p> <p>c) à metade, quando apresentado depois do prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; e</p> <p>d) em 25%, se houver a apresentação do livro no prazo fixado em intimação.</p>	 <p>A multa por atraso da ECF será reduzida à metade, quando a obrigação acessória for cumprida antes de qualquer procedimento de ofício.</p>
	R\$ 500,00 por mês-calendário, por não cumprimento à intimação da SRFB para cumprir obrigação acessória ou para prestar esclarecimentos nos prazos estipulados pela autoridade fiscal;

Redução das multas:

Para as pessoas jurídicas que utilizarem o Sistema Público de Escrituração Digital, as multas serão reduzidas:

- À metade, quando a obrigação for cumprida após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício.
- A 75% (setenta e cinco por cento), se a obrigação for cumprida no prazo fixado em intimação.

V – Lucro Presumido (Apuração Fiscal)

O **PIS** foi criado no ano de **1.970**, pela **Lei Complementar nº 7/1.970**, e se destinava a promover a integração do empregado na vida e no desenvolvimento das empresas. Por intermédio da **Lei complementar nº 70, de 1.991**, foi instituído a **COFINS** (despesas com atividades fins das áreas de saúde, previdência e assistência social), com o objetivo de substituir a contribuição ao **FINSOCIAL**.

O produto da arrecadação das contribuições ao **PIS e ao PASEP** ia para os dois fundos que atribuíam os recursos nominalmente aos trabalhadores. O **artigo 239** da Constituição extinguiu as transferências para as contas individuais, passando os recursos a financiar o programa do seguro-desemprego e o abono aos empregados que percebem até dois salários mínimos de remuneração mensal.

Várias outras leis regulam, ainda, a cobrança da contribuição para o **PIS/PASEP** para setores específicos da economia, em forma de substituição tributária ou incidência monofásica, tais como combustíveis, medicamentos, veículos, etc. De modo geral, hoje, a legislação aplicável é a **Lei nº 9.718/98** e a **Lei nº 10.637/02**, instituiu uma nova forma de cobrança de **PIS/PASEP** que acaba com a cumulatividade ou incidência em cascata.

O **PIS** e a **COFINS** vigoram, atualmente, em 2 regimes distintos:

1) **REGIME CUMULATIVO** - regido pela **Lei 9.718/1.998** e alterações posteriores. Neste regime não há desconto de créditos, calculando-se, regra geral, o valor das contribuições devidas diretamente sobre a base de cálculo.

2) **REGIME NÃO CUMULATIVO** - **COFINS** - regido pela **Lei 10.833/2.003** e **PIS** - regido pela **Lei 10.637/2.002**, com alterações subsequentes.

As duas contribuições, apesar de originarem-se de diferentes legislações, têm uma relativa semelhança na base de cálculo, pois em sua formação devem ser somadas todas as receitas auferidas, com as exceções e exclusões previstas em lei.

Além dos ditos regimes, há tributação pelo **PIS** e **COFINS** nas importações - **Lei 10.865/2.004**. Existem ainda normas específicas de tributação pelo **PIS** e **COFINS** - como **PIS e COFINS - Substituição Tributária**, e **PIS e COFINS - Incidência Fixa sobre Volumes (Bebidas)**, **PIS e COFINS - Regimes Monofásicos (Produtos Farmacêuticos, de Higiene e correlatos)**.

Anotações:

❖ **PIS e COFINS – Cumulativo:**

São contribuintes do **PIS/PASEP** e da **COFINS** incidentes sobre o faturamento as pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, inclusive:

I - As entidades fechadas e abertas de previdência complementar, sendo irrelevante a forma de sua constituição;

II - As entidades submetidas aos regimes de liquidação extrajudicial e de falência, em relação às operações praticadas durante o período em que perdurarem os procedimentos para a realização de seu ativo e o pagamento do passivo;

III - Os fabricantes e os importadores de cigarros são contribuintes e responsáveis, na condição de substitutos, pelo recolhimento do PIS/PASEP e da COFINS devidos pelos comerciantes varejistas;

IV - As Pessoas Jurídicas que administram jogos de bingo são responsáveis pelo pagamento das contribuições incidentes sobre as receitas geradas com essa atividade.

Observe-se que esse pagamento não exime a Pessoa Jurídica administradora da obrigação do pagamento das contribuições na condição de contribuinte.

Base de cálculo:

As Pessoas Jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda têm como base de cálculo do **PIS/PASEP e da COFINS** o valor do faturamento, que corresponde à receita bruta, assim entendida a totalidade das Receitas auferidas, independentemente da atividade por elas exercidas e da classificação contábil adotada para a escrituração das receitas.

A Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2.009 (DOU de 28.05.2.009), em seu artigo 79, XII, revogou o § 1º do artigo 3º da Lei Nº 9.718, que considerava o faturamento como toda e qualquer Receita auferida pela Pessoa Jurídica.

Com essa revogação, no regime cumulativo, a **base de cálculo do PIS e da COFINS passa a ser o Faturamento da Pessoa Jurídica.**

Conforme a Lei Nº 5.474, de 18 de julho de 1.968 (DOU de 19.07.1.968 - retificada no DOU de 25.07.1.968), artigos 1º e 20, o Faturamento corresponde à Receita de venda mercantil (mercadorias) e de prestação de serviços.

A partir 1º de maio de 2.009, a Base de Cálculo do PIS e da COFINS, no regime cumulativo, é a Receita da venda de mercadorias e da prestação de serviços.

Valores que não integram a Receita Bruta:

Na apuração da base de cálculo do **PIS/PASEP e da COFINS**, não integram a Receita Bruta:

a) Do doador ou patrocinador, o valor das Receitas correspondentes a doações e patrocínios, realizados sob a forma de prestação de serviços ou de fornecimento de material de consumo para projetos culturais, amparados pela Lei nº 8.313/1.991, computados a preços de mercado para fins de dedução do Imposto de Renda;

b) A contrapartida do aumento do ativo da Pessoa Jurídica, em decorrência da atualização do valor dos estoques de produtos agrícolas, animais e extrativos, tanto em virtude do registro no estoque de crias nascidas no período, como pela avaliação do estoque a preço de mercado.

Exclusões/Deduções gerais da Base de Cálculo:

Para a apuração da Base de Cálculo do **PIS/PASEP** e da **COFINS**, podem ser excluídos ou deduzidos da Receita Bruta os valores:

I - Decorrentes de saídas isentas da contribuição ou sujeitas à alíquota zero;

II - Das vendas canceladas; dos descontos incondicionais concedidos;

III - Do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

IV - Do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), quando destacado em Nota Fiscal e cobrado pelo vendedor dos bens ou prestador dos serviços na condição de substituto tributário; RE nº 574706 e Parecer SEI nº 7698/2.021;

V - Das reversões de provisões;

VI - Das recuperações de créditos baixados como perdas, limitados aos valores efetivamente baixados, que não representem ingresso de novas Receitas;

VII - Dos resultados positivos da avaliação de investimentos pelo valor do patrimônio líquido e dos lucros e dividendos derivados de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, que tenham sido computados como receita, inclusive os derivados de empreendimento objeto de Sociedade em Conta de Participação (SCP);

VII - Das Receitas decorrentes das vendas de bens do Ativo Permanente.

Anotações:

✓ **Alíquotas do PIS e da COFINS - Regime Cumulativo:**

a) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o PIS/PASEP; e

b) 3% (três por cento) para a COFINS.

Instituições Financeiras e Equiparadas

a) 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) para o PIS/PASEP; e

b) 4% (quatro por cento) para a COFINS.

Observação: Conforme o **Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 17/2.011** as corretoras autônomas de seguros são equiparadas à instituição financeira para **PIS e COFINS**.

✓ **Dedução dos valores retidos nos pagamentos das Contribuições:**

Do valor do **PIS/PASEP e da COFINS** devidos, a Pessoa Jurídica poderá, ainda, deduzir do valor a pagar:

- a) Os valores de **PIS/PASEP e da COFINS** retidos na fonte por outras pessoas jurídicas para as quais prestou serviços sujeitos à retenção ou por órgãos públicos e estatais federais ou estaduais sobre os recebimentos decorrentes de fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras;
- b) Os pagamentos indevidos ou a maior em períodos anteriores, de **PIS/PASEP e da COFINS** ou de outros tributos e contribuições, mediante preenchimento da Declaração de Compensação a que se refere à **Instrução Normativa RFB nº 900/2.008**.

✓ **Pagamento do PIS e da COFINS:**

As contribuições ao **PIS/PASEP e a COFINS** devem ser pagas, de forma centralizada na matriz, **até o dia 25 do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores**.

Observe-se que no caso de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas, o prazo de recolhimento é até o dia **20 do mês subsequente ao mês de ocorrência dos fatos geradores**.

✓ **Códigos do DARF:**

As contribuições devem ser recolhidas mediante utilização dos seguintes códigos de **DARF**:

I - COFINS - empresas em geral: 2172;

II - COFINS - entidades financeiras e equiparadas: 7987;

III - PIS/PASEP - empresas em geral: 8109;

IV - PIS/PASEP - instituições financeiras e equiparadas: 4574.

✓ **Substituição Tributária:**

A Substituição Tributária de **PIS e COFINS** é o regime no qual é atribuída a responsabilidade do recolhimento destas contribuições ao fabricante ou importador. A contribuição recolhida pelo fabricante ou importador é maior, antecipando o recolhimento devido em relação às operações seguintes.

1) Cigarros e cigarrilhas, conforme **art. 5º da Lei nº 9.715/1.998; art. 53 da Lei nº 9.532/1.997; art. 29 da Lei nº 10.865/2.004; art. 62 da Lei nº 11.196/2.005; art. 48 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002, Art. 5º da Lei 12024/2.009 e art. 6º da Lei nº 12.402 de 2.011.**

2) Veículos autopropulsados descritos nos códigos 8432.30 e 87.11 da **TIPI**.

✓ **Suspensão – Produtos Agropecuários e Carnes:**

1) Lei 10.925/2.004 – art. 8 e 9;

2) Lei 12.058/2.009 – art. 32 a 37, **IN RFB n. 977/2.009;**

3) Lei 12.350/2.010 – art. 54 a 57; **IN RFB n. 1.157/2.015**.

4) Medida Provisória 545/2.011 – art. 4º à 7º (café)

✓ **Imunidade, Isenção, Não Incidência, Suspensão:**

As contribuições de **PIS e COFINS** incidem sobre o faturamento das Pessoas Jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela Legislação do Imposto de Renda, dentre as incidências a Legislação federal disciplinou alguns fatores onde o recolhimento de **PIS e COFINS** não será exigido, podendo variar entre isenção, imunidade, suspensão, não incidência e incidência a **alíquota 0%**, nesse item em específico iremos tratar isoladamente os casos de isenção, imunidade, não incidência e suspensão.

✓ **Imunidade:**

A imunidade tributária refere-se à não exigência do recolhimento de determinados tributos o qual foi conferido pela **Constituição Federal de 1.988**.

A Contribuição para o **PIS/PASEP e a COFINS** não incide sobre as Receitas decorrentes de exportação (art. 149, § 2º, I da Constituição Federal).

✓ **Isenção:**

Podemos conceituar a isenção como a dispensa da obrigatoriedade de recolhimento do tributo conforme determinado pelas leis ordinárias. São isentas da Contribuição para o **PIS/PASEP e da COFINS** as Receitas (**IN SRF nº 247, de 21 de novembro de 2.002, art. 45**):

- Dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;
- Da exportação de mercadorias para o exterior;
- Dos serviços prestados a Pessoas Físicas ou Jurídicas residentes ou domiciliadas no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas;
- Do fornecimento de mercadorias ou serviços para uso ou consumo de bordo em embarcações e aeronaves em tráfego internacional, quando o pagamento for efetuado em moeda conversível;
- Do transporte internacional de cargas ou passageiros;
- Auferidas pelos estaleiros navais brasileiros nas atividades de construção, conservação, modernização, conversão e reparo de embarcações pré-registradas ou registradas **no Registro Especial Brasileiro (REB)**, instituído pela **Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1.997**;
- De frete de mercadorias transportadas entre o País e o exterior pelas embarcações registradas no **REB**, de que trata o **art. 11 da Lei nº 9.432, de 1.997**;
- De vendas realizadas pelo produtor-vendedor às empresas comerciais exportadoras nos termos do Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1.972, e alterações posteriores, desde que destinadas ao fim específico de exportação para o exterior; e
- De vendas, com fim específico de exportação para o exterior, a empresas exportadoras registradas na Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- Decorrentes de comercialização de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, produzidos na Zona Franca de Manaus para emprego em processo de industrialização por

estabelecimentos industriais ali instalados e consoante projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa)

São isentas da Contribuição para o **PIS/PASEP e da COFINS** a que se referem às Leis n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2.002, 10.833, de 29 de dezembro de 2.003, e 10.865, de 30 de abril de 2.004, as receitas decorrentes da venda de energia elétrica pela Itaipu Binacional.

São isentas da **COFINS** e não contribuem ao **PIS** as receitas relativas às atividades próprias das seguintes entidades (**Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2.001, art. 14, X**):

- Templos de qualquer culto;
- Partidos políticos;
- Instituições de educação e de assistência social que preencham as condições e requisitos do **art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1.997**;
- Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, que preencham as condições e requisitos do **art. 15 da Lei nº 9.532, de 1.997**;
- Sindicatos, federações e confederações;
- Serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei;
- Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas;
- Fundações de direito privado;
- Condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais; e **Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as Organizações Estaduais de Cooperativas** previstas no art. 105 e seu § 1º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1.971.

✓ **Receita sujeitas a Alíquota zero:**

Uma das variações em que a lei estabelece o não pagamento das contribuições de **PIS e COFINS**, uma delas é a redução da alíquota zero, pois nem todo benefício está enquadrado pela suspensão, imunidade, isenção ou não incidência, mas também enquadrado pela **alíquota zero 0%**.

A indicação incorreta pelo contribuinte poderá acarretar em retificação da declaração ou até mesmo possível pendência de débitos que se encontrariam com redução a zero.

A redução de **PIS e COFINS a alíquota zero**, poderá ser encontrada pelo modo de substituição tributária, regime monofásica, e demais reduções, onde encontram-se separados em tópicos específicos na página inicial deste trabalho.

As **demais reduções** à alíquota zero como mencionado, não compreende os casos onde a tributação é concentrada na fabricação ou na importação como nos casos de substituição tributária e regime monofásico, as demais reduções estabelecidas pelo governo tem como objetivo a interferência direta para a população consumidora de determinados produtos ou algum outro interesse do Governo, como por exemplo a redução a zero de **PIS e COFINS** para livros incentivando a leitura da população, a redução a zero para trigo incentivo a redução do preço de um dos principais alimentos "o pão", entre outros.

✓ **Incidência Monofásica:**

O sistema de tributação monofásica, é um tratamento tributário próprio e específico que a legislação veio dar à Contribuição para **o PIS/Pasep e à COFINS**, incidentes sobre a Receita Bruta decorrente da venda de determinados produtos, a fim de concentrar a tributação nas etapas de produção e importação, desonerando as etapas subsequentes de comercialização.

A concentração da tributação ocorre com a aplicação de alíquotas maiores que as usualmente aplicadas na tributação das demais Receitas, unicamente na Pessoa Jurídica do produtor, fabricante ou importador, e a consequente desoneração de tributação das etapas posteriores de comercialização no atacado e no varejo dos referidos produtos.

❖ **Imposto de Renda Pessoa Jurídica:**

O Imposto de Renda é devido pelas Pessoas Jurídicas estabelecidas no país e incidirá sobre o lucro obtido no período. O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas será determinado com base no Lucro Real, Presumido, ou Arbitrado, por períodos de apuração trimestrais, encerrados nos dias 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário, observada a legislação vigente, com as alterações da **Lei 9.430 de 27 de Dezembro de 1.996**.

Como regra geral, integram a base de cálculo todos os ganhos e rendimentos de capital, qualquer que seja a denominação que lhes seja dada, independentemente da natureza, da espécie ou da existência de título ou contrato escrito, bastando que decorram de ato ou negócio que, pela sua finalidade, tenha os mesmos efeitos do previsto na norma específica de incidência do imposto.

- As Pessoas Jurídicas;
- As Empresas Individuais

✓ **Imunidades, Isenções e não indidências:**

- Templos de qualquer culto
- Partidos políticos e entidades sindicais dos trabalhadores
- Instituições de Educação e de Assistência Social
- Entidades de Previdência Privada
- Sociedades Beneficentes, Fundações e associações
- Empresas estrangeiras de transportes quando as brasileiras gozarem da mesma prerrogativa;
- Associações de poupança e empréstimo autorizadas pelo órgão competente, sob a forma de sociedade civil;
- Sociedades de investimento com participação de capital estrangeiro
- A entidade binacional **ITAIPU**
- O Fundo Garantidor de Crédito – **FGC**
- As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica, quando não visarem lucro, observando o **art 182 do Decreto 3000 de 26/03/1.999**.

✓ **Alíquota:**

A Pessoa Jurídica, seja comercial ou civil o seu objeto, pagará o imposto à alíquota de **15% (quinze por cento) sobre o lucro**, apurado de conformidade com o Regulamento. A parcela do Lucro que exceder ao valor resultante da multiplicação de **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses** do respectivo período de apuração, se sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de **10% (dez por cento)**.

❖ **Contribuição Social sobre Lucro Líquido:**

Estão obrigadas a recolher a **CSLL** todas as Pessoas Jurídicas domiciliadas no país e aquelas que lhe são equiparadas pela legislação tributária, com exceção das entidades isentas, as mesmas isentadas pelo Imposto de Renda. **(Lei 7.689 de 15/12/1.988).**

✓ **Alíquota:**

A alíquota da **CSLL é de 9% sobre o lucro** da Pessoa Jurídica em geral, podendo este lucro ser Real, Presumido ou Arbitrado. A partir de 01/05/2.008, as Pessoas Jurídicas de seguros privados, as de capitalização e as referidas nos incisos I a XII do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2.001 ***recolhem quinze por cento.***

Bônus de Adimplência:

A partir do **ano calendário de 2.003** as Pessoas Jurídicas tributadas pelo Lucro Real ou Presumido, adimplentes com os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal (**SRF**) poderão beneficiar-se do bônus de adimplência instituído pelo **artigo 38 da Lei 10.637/2.002**.

É considerada adimplente, para efeito de utilização do bônus, a Pessoa Jurídica, que nos últimos cinco anos-calendário, **NÃO** se enquadre em qualquer das hipóteses, em relação a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal:

- ***Lançamento de ofício;***
- ***Débitos com exigibilidade suspensa;***
- ***Inscrição em dívida ativa;***
- ***Recolhimentos ou pagamentos em atraso;***
- ***Falta ou atraso no cumprimento de obrigação acessória.***

Anotações:

[illegible]

- **Operacionalizando o Lucro Presumido:**

A Pessoa Jurídica cuja Receita Bruta total, no ano-calendário anterior, **tenha sido igual ou inferior a setenta e oito milhões de reais, ou a quatro milhões de reais multiplicado pelo número de meses de atividade no ano-calendário anterior, quando inferior a doze meses**, poderá optar pelo regime de tributação com base no Lucro Presumido, disposto na **Lei nº 9.718, de 1.998, art. 13.**

Relativamente aos limites estabelecidos, a Receita Bruta auferida no ano anterior será considerada segundo o regime de competência ou caixa, observado o critério adotado pela Pessoa Jurídica, caso tenha, naquele ano, optado pela tributação com base no **Lucro Presumido**.

A Pessoa Jurídica que não esteja obrigada à tributação pelo **Lucro Real**, conforme o **art. 246 do RIR 3.000/99** poderá optar pela tributação com base no **Lucro Presumido**.

Embora não seja a forma mais adequada sob o ponto de vista econômico, pois baseia-se em mera presunção de lucro, a tributação pelo Imposto de Renda segundo as regras do Lucro Presumido é, na verdade, bastante prática e simplificada, o que tem despertado o interesse de um número cada vez maior de empresas, principalmente daquelas impedidas de optar pelo Simples Nacional. Na tributação de empresas pelo Lucro Presumido não importa (tecnicamente) as despesas ou os custos que tenha, haja vista que o lucro é determinado por presunção e o **Imposto de Renda e a CSLL** incidem diretamente sobre as Receitas. Em outras palavras, se pode dizer que a despeito da empresa apurar prejuízos contábeis, pagará o **IRPJ e a CSLL** sobre um Lucro Presumido.

✓ **Opção:**

Para realizar a opção pelo Lucro Presumido deve ser feito um estudo detalhado sobre a lucratividade, sendo que o lucro da atividade da empresa deve ser seguramente maior que o Lucro Presumido pela legislação. A empresa deve ficar atenta que os Ganhos de capital, Receita financeira, descontos obtidos e demais Receitas não tem redução do percentual da base de cálculo, devendo ser calculado o Imposto de Renda sobre a totalidade. A opção pelo Lucro Presumido se dá mediante o pagamento da **DARF**, código Lucro Presumido, sendo que durante o ano-calendário não pode alterar a opção para o Lucro Real (art.13, Lei 9.718/98).

➤ **Conceito de Receita Bruta:**

A Receita Bruta sobre a qual se aplicam os percentuais de presunção compreende o produto da venda de bens (mercadorias ou produtos) nas operações por conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado auferido nas operações de conta alheia (por exemplo: comissões, juros):

a) não se incluem na Receita Bruta:

a.1) o **IPi** (se a empresa for contribuinte deste imposto) cobrado destacadamente do comprador, do qual o vendedor dos bens é mero depositário;

a.2) o **ICMS** por substituição tributária, cobrado pelo contribuinte substituto que figura como mero depositário do imposto cobrado antecipadamente;

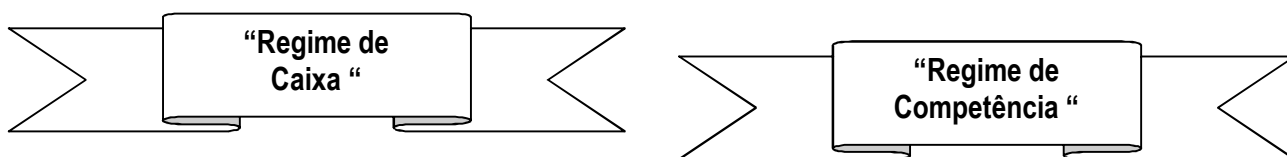
a.3) as contribuições ao **PIS/PASEP e COFINS** cobradas, pelo contribuinte substituto que figura como mero depositário do imposto cobrado antecipadamente;

b) devem ser excluídos da receita bruta:

b.1) as vendas canceladas (devoluções); e

b.2) os descontos incondicionais concedidos (que consta da **NF** e não depende de evento futuro);

Opção do Regime de Reconhecimento das Receitas:



➤ **Adoção do Regime de Caixa:**

Alternativamente ao regime de competência, é admitido que, para efeito de determinação do lucro presumido, a receita de venda de bens ou direitos ou de prestação de serviços com recebimento a prazo ou em

parcelas seja reconhecida segundo o regime de caixa, ou seja, somente no mês do efetivo recebimento, desde que observadas as seguintes regras (IN SRF nº 104/98):

- a) **Que escriture apenas o livro Caixa:** deve emitir a nota fiscal por ocasião da entrega do bem ou direito ou da conclusão do serviço e indicar, no livro Caixa, em registro individual, a nota fiscal a que corresponder cada recebimento;
- b) **Pessoa jurídica que mantenha escrituração contábil:** deverá controlar os recebimentos de suas receitas em conta específica e indicar nessa conta, em cada lançamento, a nota fiscal a que corresponder o recebimento.

➤ **Base de Cálculo do Imposto de Renda:**

A base de cálculo do Imposto de Renda das empresas tributadas pelo Lucro Presumido, **em cada trimestre (31/mar. 30/jun., 30/set. e 31/dez.)**, será determinada mediante a aplicação dos percentuais fixados no **art. 15 da Lei 9.249/95**, de acordo com a atividade da Pessoa Jurídica, sobre a Receita Bruta auferida no trimestre, sendo o resultado acrescido de Outras Receitas, rendimentos e Ganho de Capital (**art.25, Lei 9.430/96**). O Imposto retido na fonte será considerado como antecipação do devido no trimestre.

Anotações:

This image shows a full page of blank, lined paper. It features approximately 20 evenly spaced horizontal grey lines across its entire width, providing a template for handwriting practice or general note-taking. The margins are consistent on all sides.

Os coeficientes fixados pelo **art.15, da Lei nº. 9.249/95** para a aplicação sobre a Receita Bruta da atividade são:

ATIVIDADE	%	RECEITA ANUAL ATÉ R\$ 120.000,00
Serviços de transporte de cargas	8,0	-
Sobre a receita bruta dos serviços hospitalares e de auxílio diagnóstico e terapia, patologia clínica, imagenologia, anatomia patológica e citopatologia, medicina nuclear e análises e patologias clínicas, desde que a prestadora destes serviços seja organizada sob a forma de sociedade empresária e atenda às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa	8,0	-
Sobre a receita bruta de construção por empreitada, quando houver emprego de materiais em qualquer quantidade (AD Normativo COSIT nº 06/97).	8,0	-
Loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e venda de imóveis construídos ou adquiridos para revenda	8,0	-
Serviços de transporte de passageiros	16,0	-
Revenda de combustíveis derivados de petróleo e álcool, inclusive gás	1,6	-
Prestadoras de serviços relativos ao exercício de profissões legalmente regulamentada, inclusive escolas	32,0	-
Intermediação de negócios, inclusive corretagem (seguros, imóveis, dentre outros) e as de representação comercial	32,0	16,0
Administração, locação ou cessão de bens imóveis, e móveis.	32,0	16,0
Construção por administração ou por empreitada unicamente de mão de obra	32,0	16,0
Venda de Mercadorias	8,0	-
Prestação de serviços de gráfica, com ou sem fornecimento de material, em relação à receita bruta que não decorra de atividade comercial ou industrial	32,0	16,0
Prestação de serviços de suprimento de água tratada e coleta de esgoto e exploração de rodovia mediante cobrança de pedágio (AD COSIT nº 16/2000)	32,0	16,0
Atividade Rural	8,0	-

Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

O regime de tributação da **CSLL** está vinculado ao regime adotado para apuração do **IRPJ**, ou seja, trimestral ou anual com recolhimentos mensais com base na estimativa ou balancete de suspensão/redução. A partir de 1º de setembro de 2.003, a Base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro devida pelas Pessoas Jurídicas que efetuarem recolhimentos trimestrais na presunção de **12%** para **Comércio e Indústria** e para **32%** para as seguintes atividades:

- *Prestação de serviços em geral, exceto a de serviços hospitalares e de transporte;*
- *Intermediação de negócios;*
- *Administração, locação ou cessão de bens imóveis, móveis e direitos de qualquer natureza;*
- *Factoring.*

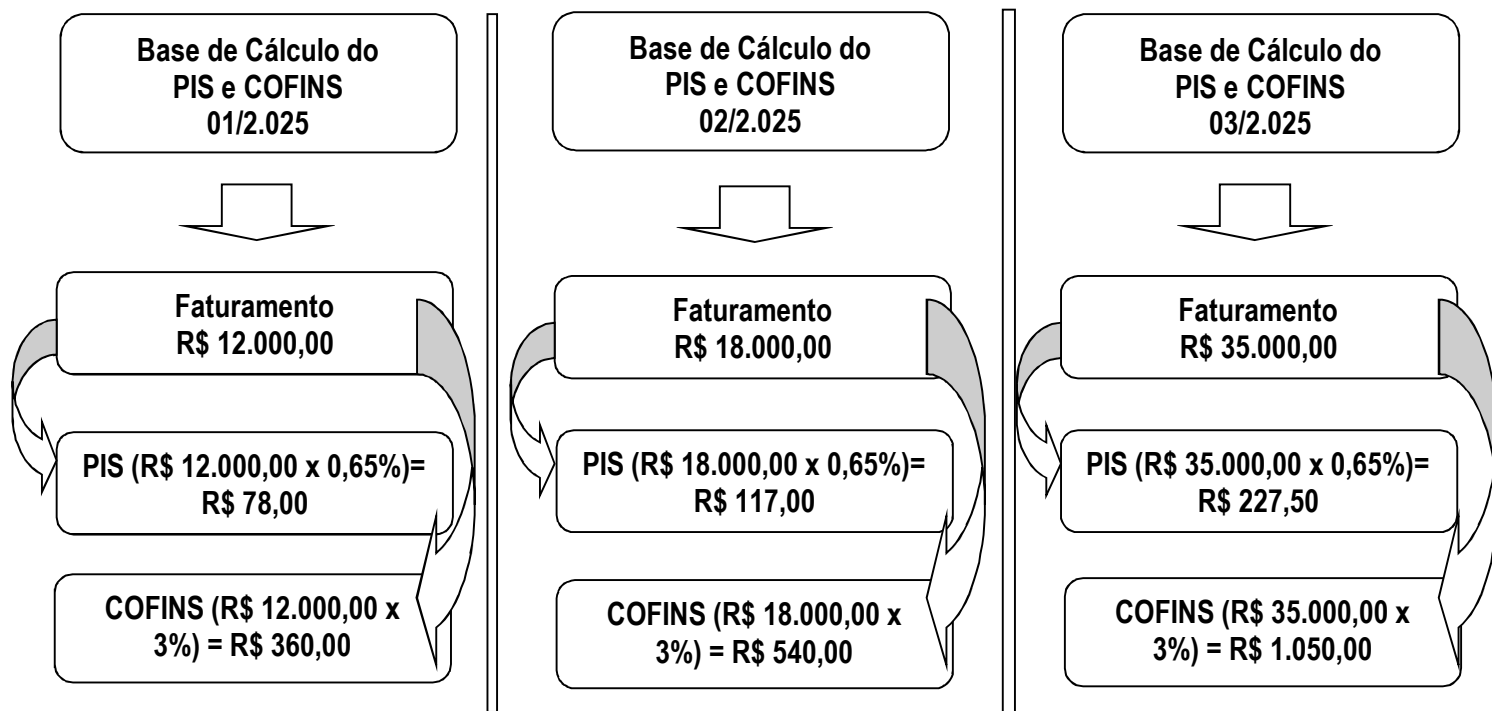
Vejamos um exemplo de Cálculo no **Lucro Presumido** de uma Revendedora de Mercadorias, no 1º Trimestre 2.025, com as respectivas Receitas de Faturamento:

Janeiro/2.025 – Receita Bruta - R\$ 12.000,00

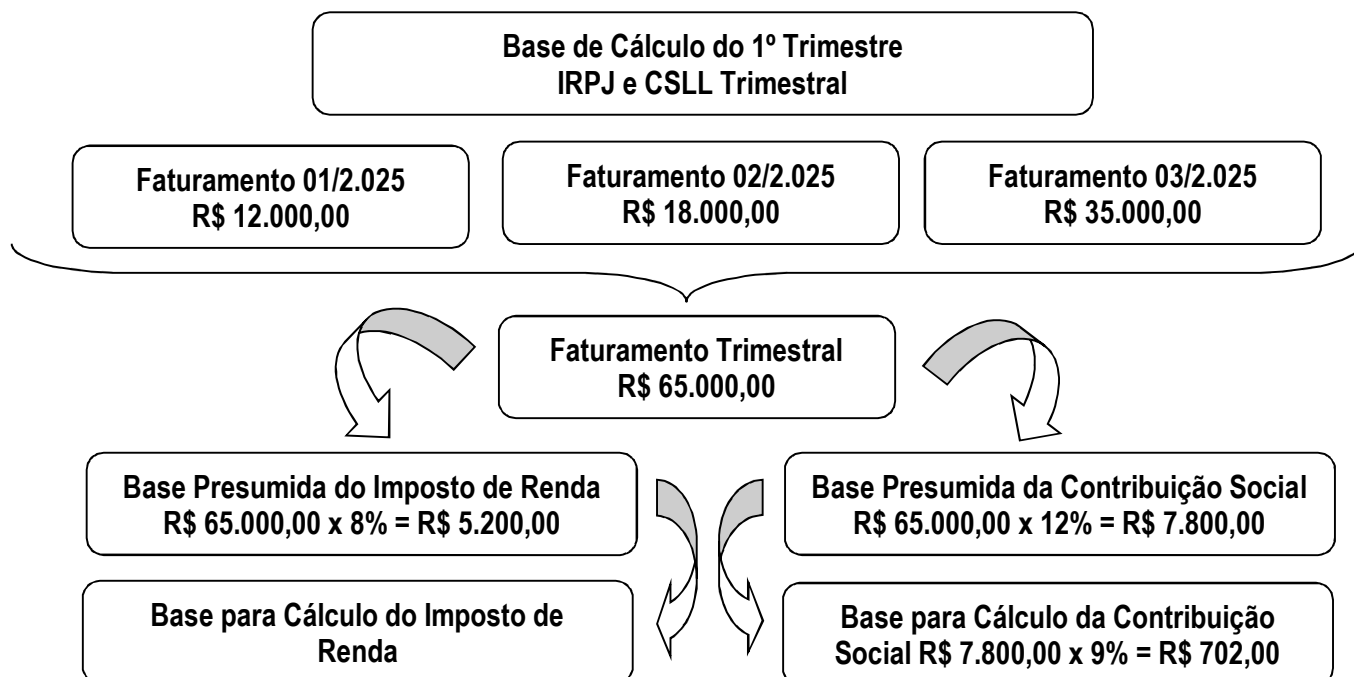
Fevereiro/2.025 – Receita Bruta – R\$ 18.000,00

Março/2.025 – Receita Bruta – R\$ 35.000,00

Observe a apuração mensal do **PIS e COFINS** no 1º Quadro:



Observe a apuração trimestral do **IRPJ e CSLL**, bem como a aplicação dos percentuais de presunção no 2º quadro:



Vejamos como ficaram os **DARF's do PIS e COFINS** na competência **01/2.025** e **Imposto de Renda e Contribuição Social no 1º Trimestre/2.025** no exemplo anterior.

E como ficaram os **DARF's** para serem recolhidos:

<div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div> <div>Secretaria da Receita Federal</div> <div>Documento de Arrecadação de Receitas Federais</div> <div>DARF</div>	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/01/2.025
	03 NUMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CODIGO DA RECEITA	8109
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NUMERO DE REFERENCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	25/02/2.025
<div>ATENÇÃO</div> <div>É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00</div> <div>Valores expressos em reais.</div>	07 VALOR DO PRINCIPAL	78,00
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	78,00
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
<div>Vencimento: 25/02/2.025</div> <div>Tributo: PIS</div>		

<div>MINISTÉRIO DA FAZENDA</div> <div>Secretaria da Receita Federal</div> <div>Documento de Arrecadação de Receitas Federais</div> <div>DARF</div>	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/01/2.025
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2172
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	25/02/2.025
<div>ATENÇÃO</div> <div>É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00</div> <div>Valores expressos em reais.</div>	07 VALOR DO PRINCIPAL	360,00
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	360,00
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
<div>Vencimento: 25/02/2.025</div> <div>Tributo: COFINS</div>		

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/03/2.025
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2089
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	30/04/2.025
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: 30/04/2.025 Tributo: IRPJ	07 VALOR DO PRINCIPAL	780,00
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	780,00
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/03/2.025
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2372
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	30/04/2.025
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: 30/04/2.025 Tributo: CSLL	07 VALOR DO PRINCIPAL	702,00
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	702,00
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

✓ **Recolhimento do IRPJ e da CSLL:**

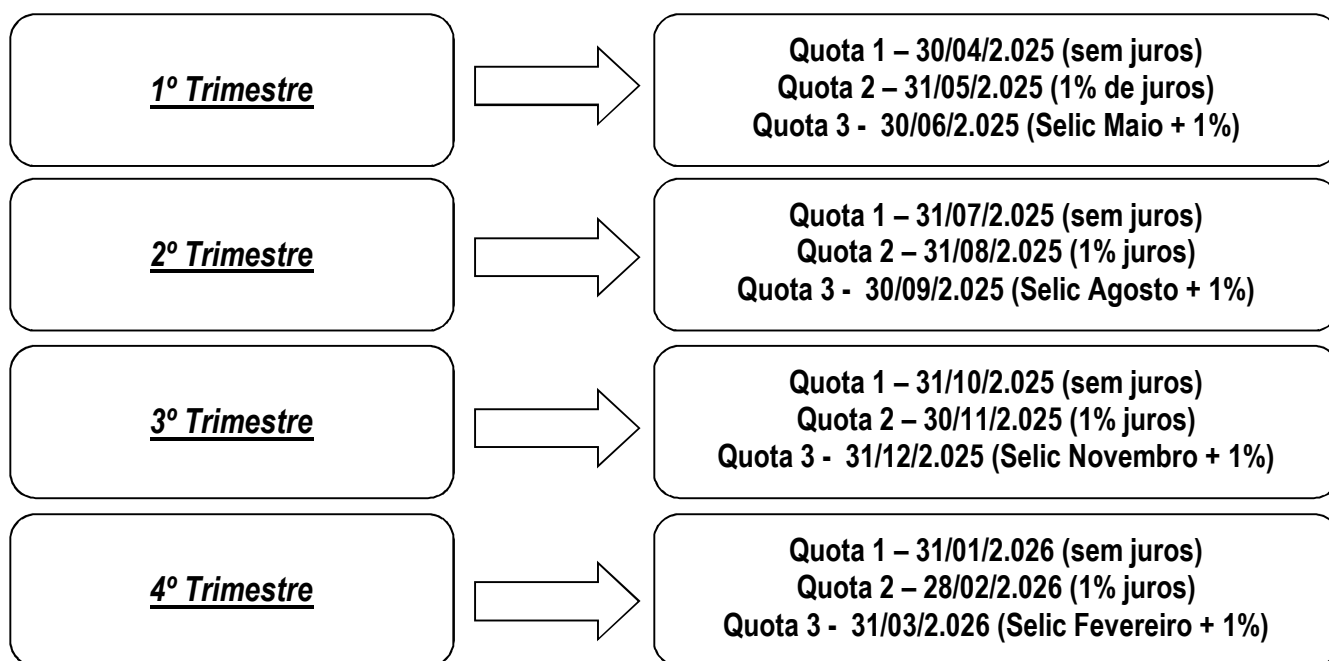
O **Imposto de Renda (código 2089)** e a **CSLL (código 2372)** devidos, devem ser recolhidos até o último dia último do mês subsequente ao do período de apuração.

À opção do Contribuinte, poderá ser parcelado em até três quotas mensais, iguais e sucessivas, e deverão ser pagas até o último dia dos meses subsequentes ao de encerramento do período competente.

Apuração Trimestrais do IRPJ e CSLL:

- 1º trimestre: 31 de Março (Janeiro, Fevereiro e Março);
2º trimestre: 30 de Junho (Abril, Maio e Junho);
3º trimestre: 30 de Setembro (Julho, Agosto e Setembro);
4º trimestre: 31 de Dezembro (Outubro, Novembro e Dezembro).

Com possibilidade de Parcelamento dos impostos no final de cada trimestre:



Anotações:

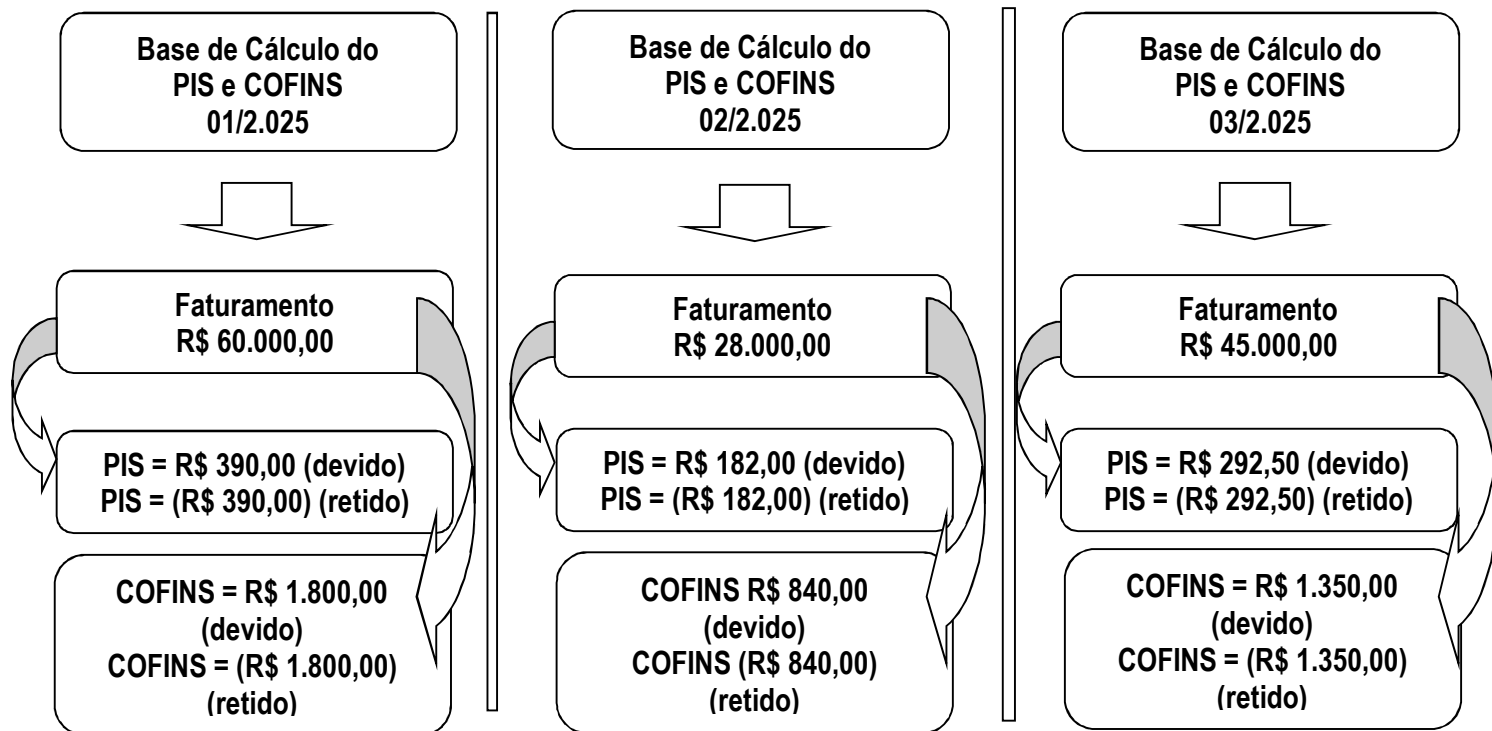
Vejaamos um exemplo de Cálculo no Lucro Presumido de uma Prestadora de Serviços, no **1º Trimestre 2.025**, com as respectivas Receitas de Faturamento, sabendo que em todas as notas fiscais os impostos foram retidos (4,65% PIS, COFINS e CSLL, 1,5% IRRF):

Janeiro/2.025 – Receita Bruta - R\$ 60.000,00

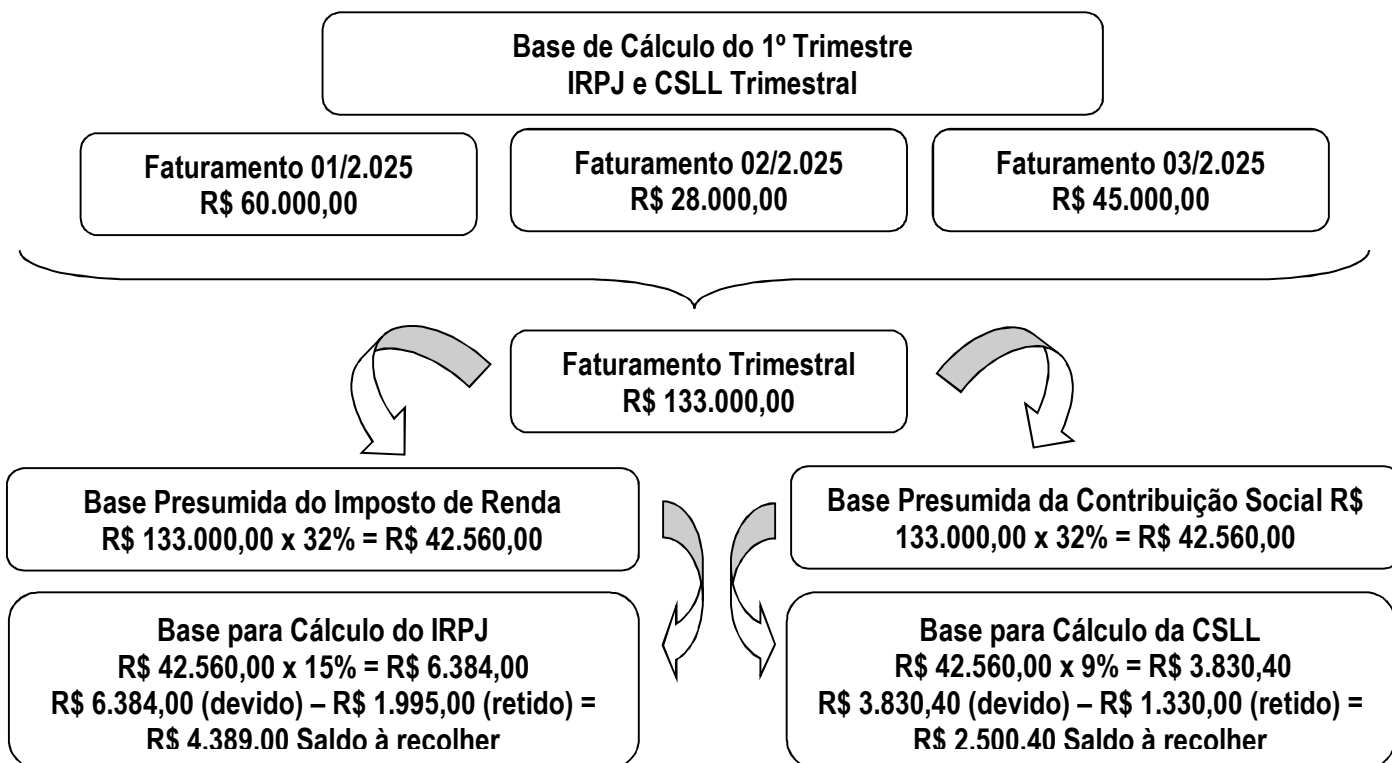
Fevereiro/2.025 – Receita Bruta – R\$ 28.000,00

Março/2.025 – Receita Bruta – R\$ 45.000,00

Observe a apuração mensal do **PIS e COFINS** no 1º Quadro:



Observe a apuração trimestral do **IRPJ e CSLL**, bem como a aplicação dos percentuais de presunção no 2º quadro:



MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/03/2.025
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2089
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	30/04/2.025
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: 30/04/2.025 Tributo: IRPJ	07 VALOR DO PRINCIPAL	4.389,00
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	4.389,00
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	31/03/2.025
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	2372
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	30/04/2.025
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: 30/04/2.025 Tributo: CSLL	07 VALOR DO PRINCIPAL	2.500,40
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	2.500,40
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

✓ **Antecipação do Imposto Devido:**

Alternativamente o Contribuinte pode optar por antecipar os tributos ao fisco, recolhendo antes da data efetiva do pagamento para assim proporcionar um fluxo de caixa e não estar com um imposto alto a ser recolhido em uma única data. Neste sentido, o contribuinte deve fazer as apurações mensalmente, podendo recolher o tributo em qualquer data, até o dia efetivo de seu vencimento original. Não esquecendo que esta não é uma nova forma de apuração de impostos, sendo tão somente uma forma de fluxo de caixa, devendo, na guia do **DARF**, constar a data de vencimento e apuração original dos impostos.

✓ **Percentual Reduzido de Presunção do Imposto de Renda na Apuração do Lucro Presumido:**

Regra prática para verificar quando pode reduzir o percentual de 32% para 16% (Quando não há um percentual específico)	
1ª Condição	Não ser profissão regulamentada;
2ª Condição	Ser exclusivamente prestação de serviços;
3ª Condição	Receita Bruta até R\$ 120.000,00.

✓ **Prestadoras de Serviço com Receita Bruta Anual de até R\$ 120.000,00:**

As empresas exclusivamente prestadoras de serviços em geral, que não sejam de profissão regulamentada e cuja Receita Bruta não exceder a **R\$120.000,00**, poderão utilizar, para determinação da base de cálculo do imposto, o percentual de **16% (Art.36 da IN SRF Nº 93/97 e Art. 519 do RIR/99)**. **Diferença de Imposto:** a empresa ficará sujeita ao pagamento da diferença do imposto, apurada em relação a cada trimestre transcorrido, quando houver utilizado o percentual de **16%** e a receita bruta acumulada ano-calendário exceder o limite de **R\$ 120.000,00**. A diferença de imposto deverá ser paga até o último dia útil do mês subsequente ao trimestre em que ocorrer o excesso.

Exemplo:

Ano de 2.025	Receita Bruta – R\$	Receita Acumulada	Percentual
1º Trimestre	90.000,00	90.000,00	16%
2º Trimestre	110.000,00	200.000,00	32%

No **primeiro trimestre de 2.025** a empresa utilizou o percentual de **16%** sobre o valor da receita bruta acumulada de **R\$ 90.000,00** para determinar o valor do imposto. A partir do **2º trimestre de 2.025**, passou a utilizar o percentual de **32%**, tendo em vista que o valor acumulado ultrapassou o **limite de R\$ 120.000,00**.

Nesta hipótese a empresa deverá recolher a diferença de imposto utilizando o percentual de **16% sobre o valor da Receita Bruta do 1º trimestre de 2.025**. A diferença calculada na forma abaixo deverá ser recolhida até o último dia do mês de **julho de 2.025, sem qualquer acréscimo legal**.

Cálculo da Diferença de Imposto			
1º Trimestre	Valores - R\$	%	Base de Cálculo do IR
Base de Cálculo	90.000,00	16	14.400,00
Diferença de Imposto Devida: R\$ 14.400,00 x 15% = R\$ 2.160,00			

✓ **Recolhimento do Tributo sobre o Ganho de Capital:**

O Imposto de Renda apurado deverá ser pago até o último dia útil do mês subsequente ao da percepção dos ganhos.

✓ **Aplicação Financeira:**

Os rendimentos provenientes de aplicações financeiras de curto e longo prazo têm incidência de tributação exclusiva e definitiva, quando da retenção na fonte efetuada pelo banco. Sendo rendimento de tributação definitiva, não deverá compor a receita bruta do período.

✓ **Demais Receitas e Ganhos de Capital:**

Deverá ser adicionado ao Lucro Presumido:

- a) *Os ganhos de capital auferidos na venda de ativos, que correspondem à diferença positiva verificada no trimestre entre o valor da alienação e o respectivo valor contábil do bem, corrigido monetariamente, diminuído dos encargos de depreciação, amortização ou exclusão;*
- b) *Os rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa e os ganhos líquidos de aplicações financeiras de renda variável;*
- c) *Demais receitas ou resultados, tais como: variações monetárias ativas, descontos financeiros obtidos e juros ativos (não decorrentes de aplicações financeiras);*
- d) *Juros equivalentes à taxa SELIC relativos a tributos a recuperar;*
- e) *Os juros sobre o capital próprio que houverem sido pagos ou creditados por outra pessoa jurídica da qual a empresa seja sócia;*
- f) *Rendimentos auferidos nas operações de mútuo realizadas entre pessoas jurídicas controladas, controladoras, coligadas ou interligadas;*
- g) *Receita de locação de imóvel, quando não for este o objeto social da pessoa jurídica;*
- h) *Multa ou qualquer outra vantagem paga ou creditada por pessoa jurídica, ainda que a título de indenização, em virtude de rescisão de contrato;*
- i) *Valores recuperados correspondentes a custos e despesas, inclusive com perdas no recebimento de créditos (exceto se comprovar não os ter deduzido em período anterior);*
- j) *Ganhos auferidos em operações de cobertura (hedge) realizadas em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros ou no mercado de balcão.*

Deduções do Imposto:

A Pessoa Jurídica tributada com base no Lucro Presumido pode deduzir do imposto apurado em cada trimestre (Art. 526 do RIR 3.000/99):

- a) *O Imposto de Renda Retido da Fonte, ou pago pela própria empresa, conforme o caso, sobre receitas computadas na determinação da base de cálculo, pagas ou creditadas à empresa por pessoas jurídicas a título de:*
- b) *Remuneração pela prestação de serviços profissionais;*
- c) *Remuneração pela prestação de serviços de limpeza e conservação, vigilância e locação de mão-de-obra;*
- d) *Comissões e corretagens, etc.;*
- e) *Remuneração de serviços de propaganda e publicidade;*
- f) *Rendimentos de aplicações financeiras;*
- g) *Importâncias recebidas de entidades da administração pública federal;*
- h) *Juros remuneratórios do capital próprio;*
- i) *Outras remunerações sujeitas ao IRRF.*

a) Apuração do Lucro Presumido da atividade:

a.1) Receita da Venda de produtos: 8% de R\$ 1.070.000,00.....	R\$ 85.600,00
a.2) Receita de Prestação Serviços: 32% de R\$ 300.000,00	R\$ 96.000,00
Lucro Presumido da atividade	R\$ 181.600,00

b) Determinação da base de cálculo do imposto:

b.1) Lucro Presumido da atividade	R\$ 181.600,00
b.2) Ganho da capital na alienação bem do Ativo Permanente	R\$ 25.000,00
b.3) Rendimentos de aplicação financeira	R\$ 2.500,00

Base de cálculo do IR trimestralR\$ 209.100,00

c) Cálculo do imposto a pagar relativo ao 1º trimestre de 2.025:

c.1) Imposto normal (R\$ 209.100,00 x 15%)	R\$ 31.365,00
c.2) Adicional (R\$ 149.100,00* x 10%)	R\$ 14.910,00

Total do imposto devido	R\$ 46.275,00
c.3) (-) IRRF	R\$ 500,00

Imposto líquido a pagarR\$ 45.775,00

* base de cálculo do adicional: Lucro Presumido que excedeu a R\$ 60.000,00.

✓ **Cálculo do Adicional de Imposto de Renda:**

Na forma do **art. 228, 542 e 543 do Regulamento de Imposto de Renda**, a parcela do lucro presumido ou real que exceder o valor da multiplicação de vinte mil reais pelo número de meses do respectivo período de apuração, ficará sujeita à **incidência do adicional do imposto à alíquota de 10%**. O adicional, sem nenhuma dedução, será pago juntamente com o imposto devido, nos mesmos prazos e código. Esse adicional aplica-se, inclusive, nos casos de incorporação, fusão, cisão e de extinção da Pessoa Jurídica pelo encerramento da liquidação. A alíquota do adicional é única para todas as Pessoas Jurídicas, inclusive instituições financeiras, sociedades seguradoras e assemelhadas.

Referente a **Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL**, não há a incidência do adicional de imposto que trata os artigos. 228, 242 e 243 do Regulamento do Imposto de Renda.

Exemplo de Cálculo para o Lucro Presumido

Exemplo de cálculo do adicional de imposto de renda, para uma empresa com atividade de comércio de mercadorias, com a base presumida de **8%** sobre a **Receita Bruta da atividade da empresa no trimestre**.

Neste mesmo trimestre a empresa obteve um ganho líquido na alienação de um bem do Ativo Imobilizado no valor de **R\$ 100.000,00**, conforme disposto na planilha a seguir:

Receita Bruta	4.500.000,00
Base Presumida	8%
Lucro Presumido da Atividade	360.000,00
Ganho de Capital	100.000,00
Lucro Presumido Total	460.000,00

IRPJ Normal (15%)	69.000,00
Calculo do Adicional	
Lucro Presumido Total	460.000,00
(-) Limite de Isenção	60.000,00
Base do Adicional	400.000,00
Adicional de IRPJ (10%)	40.000,00
Imposto de Renda a Recolher: Somatório do IRPJ Normal (15%) e do Adicional de IRPJ (10%)	
IRPJ Normal (15%)	69.000,00
Adicional de IRPJ (10%)	40.000,00
Imposto de Renda a Recolher	109.000,00

Anotações:

Distribuição de lucros:

A Pessoa Jurídica tributada com base no Lucro Presumido pode distribuir a título de lucros e dividendos, sem incidência de Imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos dos beneficiários:

- a) Lucro Presumido Líquido - após o encerramento do período de apuração trimestral, o valor da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, diminuído dos seguintes tributos (devidos no período):
 - a.1) **IRPJ** (inclusive adicional quando devido);
 - a.2) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
 - a.3) Contribuições ao **PIS**;
 - a.4) Contribuições à **COFINS**.
- b) Lucro Apurado Contabilmente - a parcela de lucros excedente ao valor determinado na forma supra, desde que a empresa demonstre, por meio de escrituração contábil feita com observância da lei comercial, que o lucro efetivo (deduzido do **IRPJ**) é maior que o determinado segundo as normas do lucro presumido líquido (verificar termos do Contrato Social no que se refere à distribuição de lucros).

➤ Impedimento para Distribuição de Lucros:

Art. 52 da Lei 8212/91: “À empresa em débito para com a Seguridade Social é proibido:

I – distribuir bonificação ou dividendo a acionista;

“II – dar ou atribuir cota ou participação nos lucros a sócio-cotista, diretor ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento.”

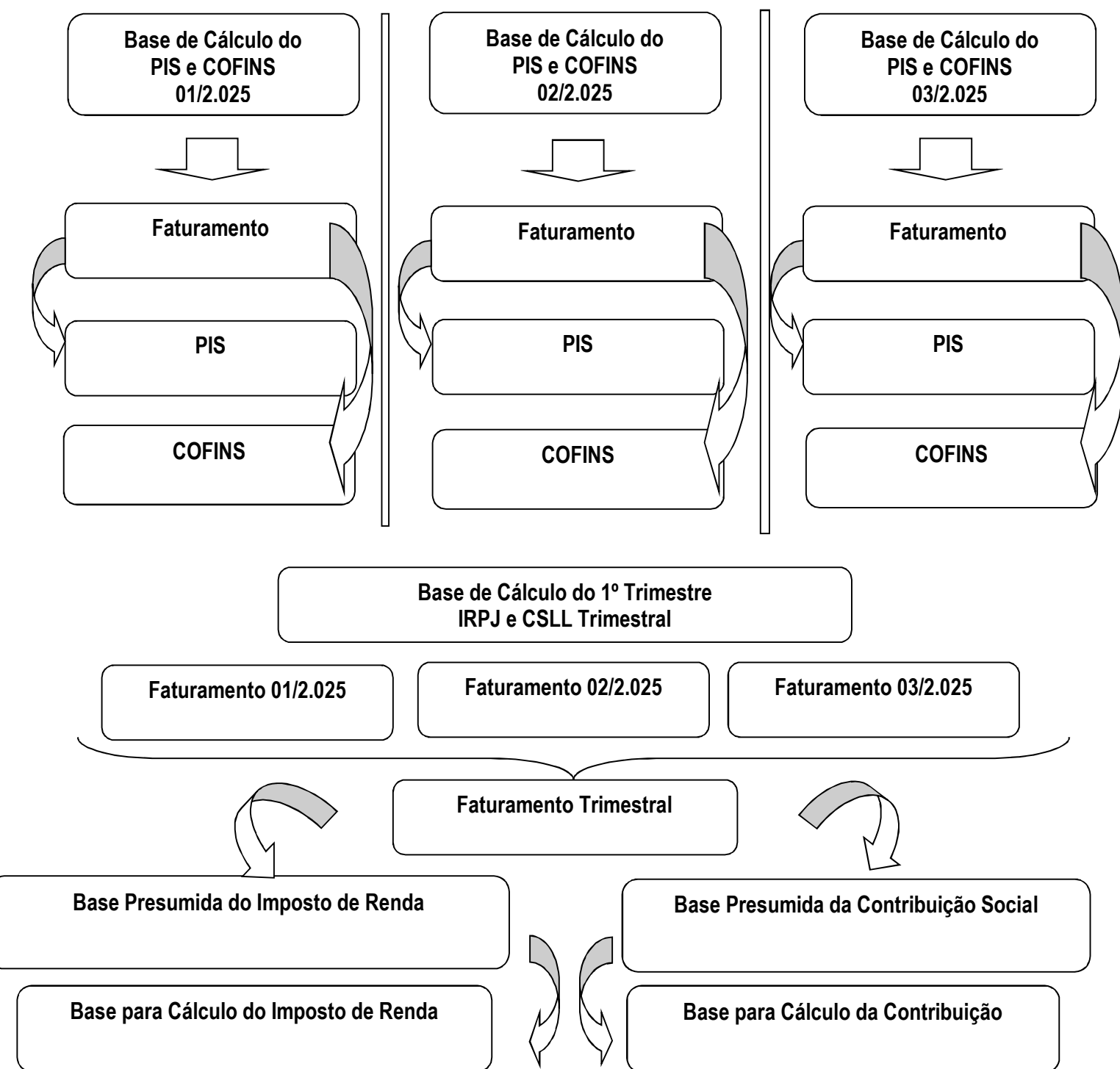
Exercício de Fixação Lucro Presumido:

Observe os dados e calcule os impostos pelo Regime no Lucro Presumido de uma Revendedora e Prestadora de Serviços, no **1º Trimestre 2.025**, com as respectivas Receitas de Faturamento:

Janeiro/2.025 – Receita Bruta - R\$ 22.000,00 (Vendas)

Fevereiro/2.025 – Receita Bruta – R\$ 38.000,00 (Vendas)

Março/2.025 – Receita Bruta – R\$ 350.000,00 (Prestação de Serviços), considere as seguintes retenções cabíveis (IRRF 1,5%) e PIS, COFINS e CSLL (4,65%).



Preencha os **DARF's do PIS e COFINS** na competência **01/2.025 do PIS, COFINS e Imposto de Renda e Contribuição Social no 1º Trimestre/2.025** do exercício. E como ficariam os **DARF's** para serem recolhidos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	07 VALOR DO PRINCIPAL	
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
Vencimento: Tributo: PIS		

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
Curso de Lucro Presumido	06 DATA DE VENCIMENTO	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	07 VALOR DO PRINCIPAL	
	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
Vencimento: Tributo: COFINS		

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	Vencimento:	Tributo: PIS
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	Vencimento:	Tributo: COFINS
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

E como ficariam os **DARF's** para serem recolhidos:

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
	Vencimento:	Tributo: PIS

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais.	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	
	Vencimento:	Tributo: COFINS

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: _____ Tributo: IRPJ	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal Documento de Arrecadação de Receitas Federais DARF	02 PERÍODO DE APURAÇÃO	
	03 NÚMERO DE CPF OU CNPJ	22.222.222/0001-22
	04 CÓDIGO DA RECEITA	
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA	
01 NOME DA EMPRESA/TELEFONE	06 DATA DE VENCIMENTO	
Curso de Lucro Presumido	07 VALOR DO PRINCIPAL	
ATENÇÃO É vedado o recolhimento de tributos e contribuições pela Secretaria da Receita Federal cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo/contribuição de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00 Valores expressos em reais. Vencimento: _____ Tributo: CSLL	08 VALOR DA MULTA	
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL – 1025/69	
	10 VALOR TOTAL	
	11 AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (SOMENTE NA 1ª VIA E 2ª VIAS)	

VI – Referências Bibliográficas

Lei nº 7.988/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 7.689/88; CTN (Código Tributário Nacional); RIR 3.000/99, Decreto nº 9.580/2.018; CF/1988; Lei nº 9. 532/97, Lei nº 9.732/88; Lei nº 12.814/2013; Lei nº 10.833/2003; Lei nº 13.670/2018; Lei nº 11.116/2005; Lei nº 9.430/1996; Lei Complementar nº 123/2006; Lei nº 9.718/99; Lei nº 10.865/04; IN nº 358/2003; IN nº 358/2003; IN nº 379/2003; IN nº 412/2004; IN nº 436/2004; IN nº 949/2009; IN nº 787/07; IN nº 390/2004; Lei nº 10.637/2002; Decreto nº 4.955/2004; Decreto nº 5.173/2004; Decreto nº 5.222/2004; IN nº 1.420/2013; IN nº 1.486/2014; Lei nº 12.973/2014; Lei nº 6.404/76; Lei nº 11.638/2007; Lei nº 11.941/2009; Decreto nº 6.022/2007; IN nº 1.252/2002, Lei nº 1.598/77; IN nº 1.594/2002; Lei nº 9.249/95; Lei nº 8.934/94; Lei nº 8.683/2016; Lei nº 7.689/88; IN nº 3/97; IN nº 247/2002; Lei nº 12.402/2011; Lei nº 12.058/2009, Lei nº 12.350/2010, Lei nº 9.718/88 e Lei nº 8.212/91.

Resolução CFC nº 1.020/05;

Guia prático ECD (Escrituração Contábil Digital);

Guia prático EFD – Contribuições;

Guia prático ECF (Escrituração Contábil Fiscal).

ADE COFIS nº 36/07; ADN COSIT nº 04/96.

Lei Complementar nº 214/2.025;

EC 132/2.023.